

TC S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente nº 243U3-001-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	22
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	27
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023	34

Release de Resultados

4T23 e 2023



TC INVESTIDORES



TRAD
B3 LISTED NM

IBRA B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 ITAG B3 SMLL B3 IGPTW B3

Resultados

4T23 e 2023

São Paulo, 01 de abril de 2024 - O TC S.A. ("TC" ou "Companhia"), uma das plataformas mais inovadoras e tecnológicas, com produtos e serviços para investidores pessoas físicas e institucionais, bem como para clientes B2B, anuncia os seus resultados relativos ao **quarto trimestre e ano de 2023 (4T23 e 2023)**. As informações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Videoconferência de resultados

02 de abril de 2024

11h00 (horário de Brasília)

10h00 (horário de Nova York)

Assista ao vivo:

[Plataforma TC](#)

[Webcast](#)

Q&A

Utilize o chat disponível nas plataformas acima para enviar sua pergunta

- **Receita líquida cresce 8,0% na base trimestral;**
- A empresa alcançou seu **maior nível de receita bruta** anual por colaborador, totalizando R\$ 53 mil, 34,0% superior quando comparado a 2022, o que evidencia uma constante melhoria na eficiência;
- O *impairment* contabilizado incide predominantemente sobre investimentos, sem impactar o caixa da companhia;
- Através de um parceiro, a TC Investimentos vem superando as expectativas de crescimento da administração.

(R\$ mil)	4T23	3T23	Var. (%)	2023	2022	Var. (%)
Receita líquida	13.405	12.413	8,0%	53.988	82.437	-34,5%
Custo do serviço prestado (CSV)	-8.972	-9.387	-4,4%	-39.888	-43.444	-8,2%
Lucro bruto ajustado¹	4.179	3.198	30,7%	15.970	45.116	-64,6%
<i>Margem bruta ajustada (%)¹</i>	<i>31,2%</i>	<i>25,8%</i>	<i>n.a.</i>	<i>29,6%</i>	<i>54,7%</i>	<i>-46,0%</i>
Lucro (prejuízo) líquido ajustado¹	-19.563	-7.206	<i>n.a.</i>	-62.121	-46.155	34,6%
<i>Margem líquida ajustada¹</i>	<i>-145,9%</i>	<i>-58,1%</i>	<i>n.a.</i>	<i>-115,1%</i>	<i>-56,0%</i>	<i>n.a.</i>
EBITDA ajustado¹	-4.465	1.848	<i>n.a.</i>	-22.189	-37.632	-41,0%
<i>Margem EBITDA ajustada¹</i>	<i>-33,3%</i>	<i>14,9%</i>	<i>n.a.</i>	<i>-41,1%</i>	<i>-45,6%</i>	<i>n.a.</i>

1. Inclui ajustes de itens não recorrentes. Lucro bruto inclui apenas ajustes que incidem sobre o custo.

Mensagem da administração

Realizando nosso sonho

Embora já conhecido por todos os nossos stakeholders, reforçamos o novo rumo do TC, marcado agora por sua fase transacional.

Em outubro de 2023, adotamos uma decisão estratégica de acelerar essa transição, concentrando nossos esforços na TC Investimentos, em parceria inicial com a Genial Investimentos.

Essa decisão se provou acertada, com a TC Investimentos superando as nossas expectativas e validando nossa crença na valiosa base de usuários do TC, estes que passam a maior parte do tempo de sessão de investimentos dentro dos aplicativos do TC.

Estamos observando uma conversão orgânica e intensiva de usuários do aplicativo TC Comunidade para contas abertas e ativas na TC Investimentos.

Essa estratégia resultou em um aumento no volume transacionado de outubro a dezembro de 2023 significativo, com aceleração ainda mais acentuada nos primeiros meses de 2024.

Esse avanço simboliza nossa transição do modelo B2C SaaS, para o foco no atendimento aos clientes da TC Investimentos. Agora, oferecemos nossos serviços, que antes eram pagos, através de um modelo "Opere & Ganhe", onde os planos se tornam disponíveis em troca do volume transacionado por cada cliente mensalmente na nossa operação.

Nossa plataforma está se tornando cada vez mais integrada, nossa comunidade mais engajada, e nossa equipe mais motivada e eficiente, unida pela missão de oferecer um atendimento completo aos nossos clientes.

Os resultados do quarto trimestre de 2023 e do ano refletem ajustes na operação para se adaptar a uma nova realidade de mercado, esperando-se que esses impactos pontuais diminuam nos próximos trimestres até se tornarem residuais.

Com a estratégia focada na TC Investimentos, estamos avaliando desinvestimentos das nossas operações não *core*, com a possibilidade de levantarmos quantia significativa de capital, o que demonstra o nosso compromisso com uma empresa cada vez mais leve, simples e com amplo caixa para continuarmos acelerando no nosso principal objetivo.

O TC está iniciando um novo ciclo, visando a criação de valor com o compromisso de atender com excelência os nossos clientes em um mercado cada vez mais concentrado, sendo, portanto, uma oportunidade excepcional para nos destacarmos rapidamente.

Agradeço profundamente a todos os nossos clientes, time, acionistas e parceiros por acreditarem na nossa missão e propósito.

Pedro Albuquerque
Fundador e CEO do TC

Desempenho financeiro e operacional

CORPORATIVO

Ao final de 2023, o TC registrou um *headcount* de **277 colaboradores**. Tal quantidade denota uma diminuição de 38,0% em relação ao mesmo período em 2022 e uma queda de 11,5% quando comparada ao terceiro trimestre de 2023. Essa diminuição é resultado direto da rigorosa implementação de medidas de controle financeiro adotadas pela administração.

Durante o quarto trimestre de 2023, a Empresa alcançou uma média de **receita bruta de R\$ 53 mil por colaborador**.

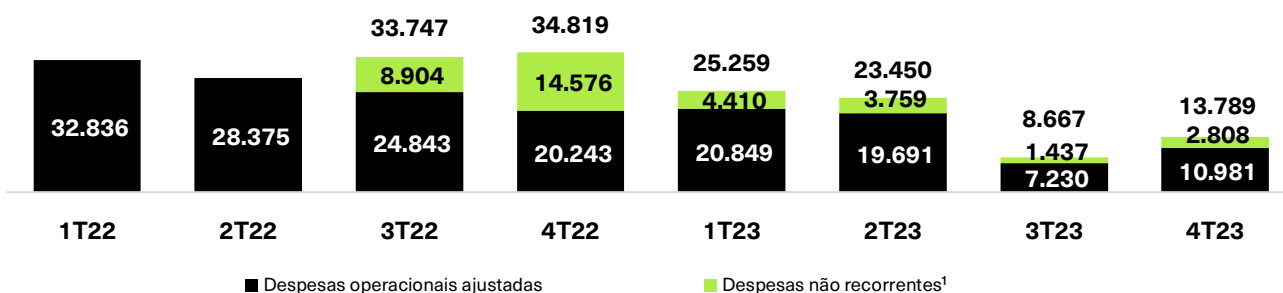
Número de colaboradores



No quarto trimestre de 2023, as **despesas operacionais** foram de R\$ 13,7 milhões, marcando uma expressiva redução de 60,4% em comparação com o mesmo período de 2022. Contudo, houve um aumento nas despesas em relação ao terceiro trimestre de 2023, atribuído ao reconhecimento, no trimestre anterior, de créditos fiscais e trabalhistas referentes a anos anteriores.

Despesas operacionais

(R\$ mil)



1. Despesas não recorrentes no período relativas a rescisões, otimização de sistemas operacionais e assessoria jurídica.

USUÁRIOS CADASTRADOS

Ao final do ano de 2023, o TC alcançou um total de **816 mil usuários cadastrados**, denotando um aumento de 11,2% em relação ao mesmo período do ano anterior e um crescimento de 2,9% se comparado ao terceiro trimestre de 2023.

A empresa mantém seu compromisso de expandir sua base de usuários registrados, visando, no futuro, convertê-los para uma variedade de serviços disponíveis em seu ecossistema. Esses serviços incluem a possibilidade de realizar transações de compra e venda por meio do aplicativo "TC Investimentos", além de promover a adesão a planos aprimorados e a monetização por meio de outros serviços oferecidos.

Número de usuários cadastrados
(mil)

2,9% (4T23/3T23)
11,2% (4T23/4T22)

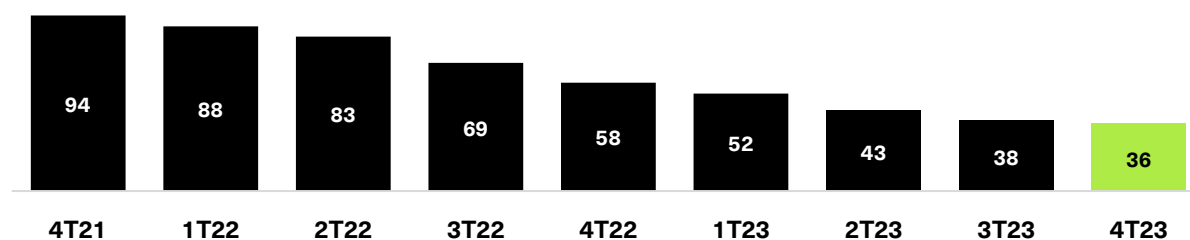


USUÁRIOS PAGANTES

Durante o quarto trimestre de 2023, a quantidade de **clientes que efetuaram pagamentos** na plataforma alcançou **36 mil**. A quantidade representa uma redução de 5,3% na comparação com o 3T23 e uma redução de 38,0% quando comparado ao 4T22.

Número de usuários pagantes
(mil)

-5,3% (4T23/3T23)

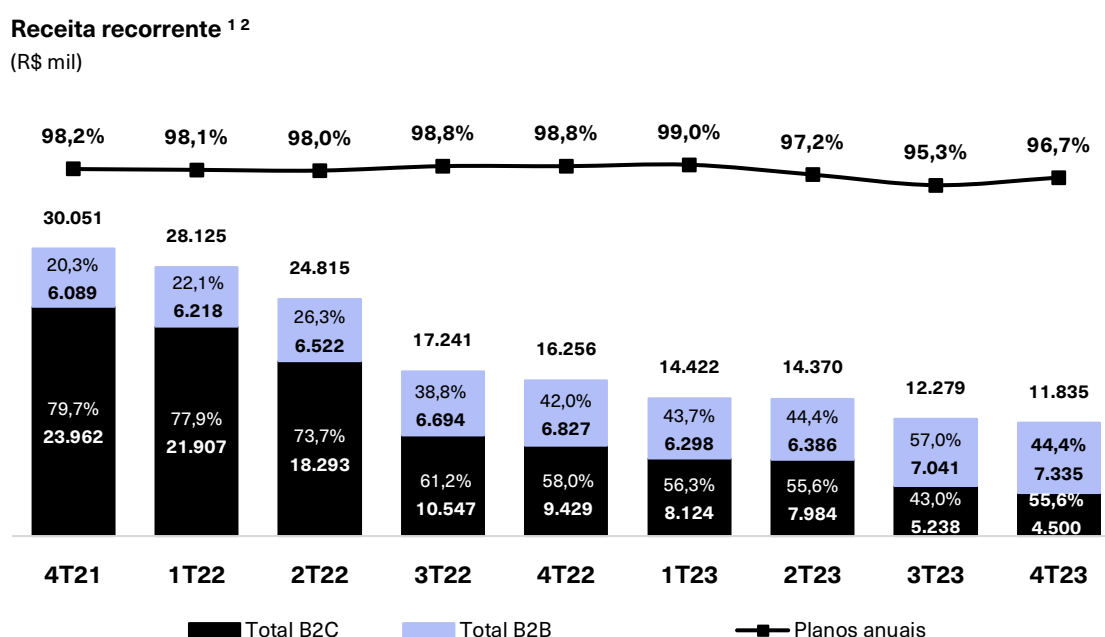


RECEITA RECORRENTE

O TC adota o modelo SaaS (*Software as a Service*) para os serviços oferecidos no B2C, o que implica na oferta de assinaturas anuais com renovação automática. No segmento B2B, por outro lado, a maioria dos serviços é prestada através de contratos anuais, resultando em maior estabilidade e previsibilidade de receita.

Com base nas informações acima, ao término do quarto trimestre de 2023, aproximadamente 96,7% da receita total originou-se de planos anuais. Além disso, a **receita recorrente** alcançou **R\$ 11,9 milhões** no mesmo período, refletindo uma diminuição de 3,6% em relação ao terceiro trimestre de 2023. Essa redução ocorreu principalmente devido à queda nas assinaturas individuais no segmento B2C.

Durante o 4T23, o TC atingiu a **maior receita recorrente no segmento B2B**, representando **R\$ 7,3 milhões** faturado no período.



1. Receita bruta recorrente; 2. A receita proveniente do segmento B2C é composta por TC e Sencon, sendo que as receitas da Sencon são não recorrentes.

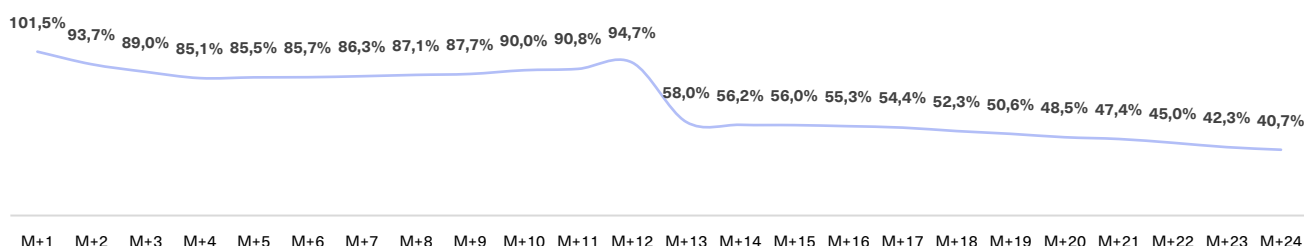
RETENÇÃO DE RECEITA

O gráfico a seguir tem como finalidade representar o comportamento médio da manutenção da receita acordada pelos consumidores do TC, avaliado por meio dos grupos mensais. A curva resultante evidencia que, ao considerar as ações dos consumidores (*upgrades*, *downgrades*, *cross-sell* e cancelamentos), a receita proveniente dos grupos do TC se mantém de forma satisfatória durante o primeiro ano.

É possível notar também uma queda no período M+12, que está relacionada ao momento de renovação dos contratos, já que a maior parte deles tem um ciclo anual.

É fundamental destacar que esse indicador diz respeito exclusivamente aos clientes de varejo (B2C) e a Companhia está empenhada em aumentar a participação de clientes corporativos (B2B), como já dito, e do segmento transacional em sua receita, visando aprimorar a lucratividade e a capacidade de adaptação ao longo do tempo.

Retenção de receita líquida mensal ¹
Segmento B2C (%)



1. Incluem dados da receita recorrente e não recorrente do B2C.

RECEITA LÍQUIDA

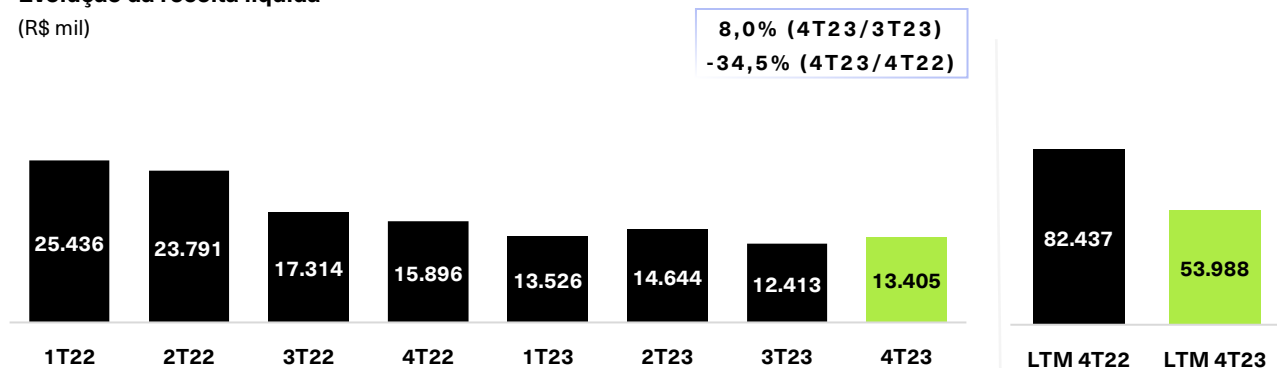
A **receita líquida** alcançou o montante de **R\$ 13,4 milhões** durante o 4T23 e **R\$ 53,9 milhões** no acumulado do ano de 2023, registrando uma melhora de 8,0% em comparação com o valor apurado no 3T23 e uma queda de 34,5% em relação ao ano de 2022.

(R\$ mil)	4T23	3T23	Var. (%)	2023	2022	Var. (%)
Receita bruta	14.678	13.787	6,5%	59.794	92.174	-35,1%
Deduções	-1.273	-1.374	-7,4%	-5.806	-9.737	-40,4%
Receita líquida	13.405	12.413	8,0%	53.988	82.437	-34,5%

A empresa estima potencial de crescimento significativo em sua receita com a aprovação e finalização da aquisição da Dibran DTVM, atualmente aguardando aprovação regulatória.

Evolução da receita líquida

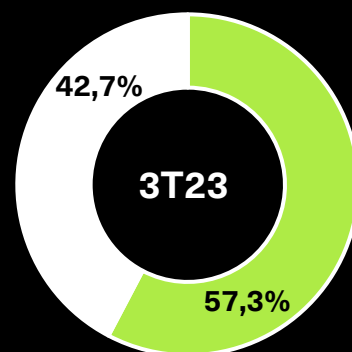
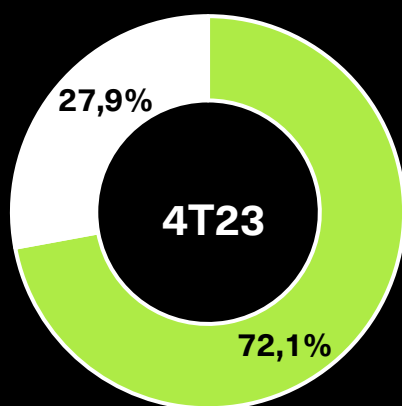
(R\$ mil)



No término do quarto trimestre de 2023, as **receitas originadas de clientes institucionais (B2B)** representavam 72,1% do total da receita bruta, evidenciando um aumento de 14,8 pontos percentuais em comparação com o trimestre anterior.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA

■ B2B
■ B2C

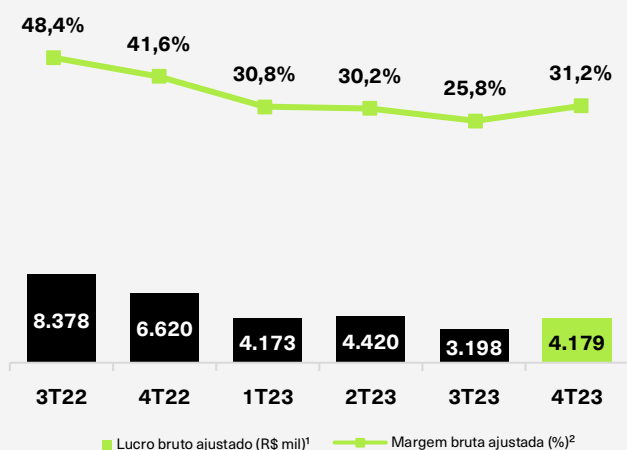


RESULTADO OPERACIONAL

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O **lucro bruto** alcançou **R\$ 4,4 milhões** no 4T23 e **R\$ 14,1 milhões** no acumulado de 2023, indicando uma melhora de 46,5% em relação ao 3T23 e uma piora de 63,8% comparado ao ano de 2022. Após a consideração de itens não recorrentes, o TC reportou um lucro bruto de R\$ 4,1 milhões, resultando em uma margem bruta ajustada de 31,2%.

(R\$ mil)	4T23	3T23	Var. (%)	2023	2022	Var. (%)
Receita líquida	13.405	12.413	8,0%	53.988	82.437	-34,5%
Custo do serviço prestado (CSV)	-8.972	-9.387	-4,4%	-39.888	-43.444	-8,2%
Lucro bruto	4.433	3.026	46,5%	14.100	38.993	-63,8%
<i>Margem bruta</i>	<i>33,1%</i>	<i>24,4%</i>	<i>n.a.</i>	<i>26,1%</i>	<i>47,3%</i>	<i>-44,8%</i>
Ajustes de custos operacionais ¹	-254	172	<i>n.a.</i>	1.870	6.123	-69,5%
Lucro bruto ajustado²	4.179	3.198	30,7%	15.970	45.116	-64,6%
<i>Margem bruta ajustada (%)¹</i>	<i>31,2%</i>	<i>25,8%</i>	<i>n.a.</i>	<i>29,6%</i>	<i>54,7%</i>	<i>-46,0%</i>



O **CSV**, que representa os custos que incidem sobre o serviço prestado, totalizou **R\$ 8,9 milhões** no último trimestre, uma redução de 4,4% em relação ao 3T23, bem como **R\$ 39,8 milhões** no acumulado do ano de 2023, representando uma melhora de 8,2% se comparado a 2022. A variação registrada durante esses períodos decorre principalmente dos pagamentos de rescisões a colaboradores diretamente ligados ao desenvolvimento dos produtos.

1. Referem-se aos custos operacionais não recorrentes do período.

2. Inclui ajustes de itens não recorrentes que incidem sobre o custo.

DESPESAS OPERACIONAIS

Os **gastos operacionais ajustados** totalizaram no acumulado de 2023 **R\$ 57,9 milhões**, uma redução de 45,4% se comparado ao ano de 2022. Em relação ao 3T23, houve um aumento de 51,9%, explicado anteriormente neste documento por fatores não recorrentes, que impactaram positivamente a linha de gastos da companhia no terceiro trimestre de 2023.

Essa redução é resultado do processo de controle financeiro implementado pela empresa, envolvendo: (i) a otimização da equipe de colaboradores; (ii) uma revisão minuciosa de todos os gastos com ferramentas e infraestrutura; (iii) a renegociação de contratos com fornecedores; e (iv) a identificação de oportunidades tributárias. É fundamental ressaltar que o TC está comprometido continuamente com a otimização de suas operações, visando constantemente aprimorar sua eficiência e manter a estrutura de despesas mais eficaz possível.

As **despesas operacionais não ajustadas** no quarto trimestre de 2023 totalizaram **R\$ 157,9 milhões**, influenciadas por um *impairment* realizado no período, o qual não teve impacto direto no caixa da companhia.

(R\$ mil)	4T23	3T23	Var. (%)	2023	2022	Var. (%)
Despesas operacionais ajustadas¹	-10.981	-7.230	51,9%	-57.998	-106.297	-45,4%
Despesas não recorrentes ²	-2.808	-1.437	95,4%	-12.413	-23.480	-47,1%
Ajuste Despesas ³	-144.112	-	-	-144.866	-	-
Despesas operacionais	-157.901	-8.667	<i>n.a.</i>	-215.277	-129.777	65,9%
Gerais e administrativas	-18.577	-13.221	40,5%	-70.917	-96.406	-26,4%
Despesas com vendas / marketing	-3.130	-3.421	-8,5%	-15.263	-26.701	-42,8%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-135.932	7.170	<i>n.a.</i>	-128.891	-6.132	<i>n.a.</i>
Equivalência patrimonial	-262	805	<i>n.a.</i>	-206	-538	-61,7%

1. Inclui ajustes de despesas não recorrentes.

2. Despesas não recorrentes no período, relativas a rescisões, otimização de sistemas operacionais e assessoria jurídica.

3. Ajuste de despesas não operacionais.

RESULTADO (PREJUÍZO) FINANCEIRO

A Companhia apresentou um **prejuízo financeiro** de **R\$ 185 mil** no 4T23, 86,3% melhor que no último trimestre (3T23). Em relação ao acumulado de 2023 o **resultado financeiro** foi de **R\$ 2,5 milhões**. Essa melhora expressiva foi motivada, principalmente, pela queda no quadro de colaboradores da Companhia e suas controladas.

(R\$ mil)	4T23	3T23	Var. (%)	2023	2022	Var. (%)
Resultado financeiro líquido	-185	-1.352	-86,3%	-2.568	-3.587	-28,4%
Receita financeira	2.727	15.414	-82,3%	34.000	87.805	-61,3%
Despesa financeira	-2.912	-16.766	-82,6%	-36.568	-91.392	-60,0%

ESTRUTURA DE CAIXA

A posição de **caixa e equivalentes de caixa** no acumulado de 2023, incluindo aplicações financeiras vinculadas, totalizou **R\$ 85,1 milhões**, representando uma redução de 54,1% em relação ao montante apurado no acumulado de 2022. A queima operacional de caixa da companhia no 4TR23 foi de **R\$ 10,02 milhões** marcando expressiva redução versus o mesmo período do ano passado. No trimestre, a companhia também reduziu materialmente a sua posição de derivativos financeiros (swap) adicionando ações em tesouraria através de recompra.

(R\$ mil)	2023	2022	Var. (%)
Bancos	6.509	8.534	-23,7%
Aplicações financeiras	76.948	139.079	-44,7%
Caixa e equivalentes de caixa	83.457	147.613	-43,5%
Aplicação financeira vinculada ¹	1.665	37.945	-95,6%
Total	85.122	185.558	-54,1%

1. Aplicações financeiras vinculadas como garantia de instrumentos financeiros derivativos.



LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

Durante o 4T23, a empresa registrou um **prejuízo líquido ajustado de R\$ 19,5 milhões**. No acumulado do ano de 2023 esse valor chegou a **R\$ 62,1 milhões**.

(R\$ mil)	4T23	3T23	Var. (%)	2023	2022	Var. (%)
Lucro bruto	4.433	3.026	46,5%	14.100	38.993	-63,8%
(+/-) Receitas (despesas) operacionais	-157.901	-8.667	n.a.	-215.277	-129.777	65,9%
(+/-) Resultado financeiro	-185	-1.352	-86,3%	-2.568	-3.587	-28,4%
(+/-) IR/CSLL	-35.970	-1.822	n.a.	-40.072	12.398	n.a.
Lucro (prejuízo) líquido	-189.623	-8.815	n.a.	-243.817	-81.973	n.a.
<i>Margem líquida</i>	<i>-1414,6%</i>	<i>-71,0%</i>	<i>n.a.</i>	<i>-451,6%</i>	<i>-99,4%</i>	<i>n.a.</i>
(+/-) Itens não recorrentes ¹	2.554	1.609	58,7%	14.283	35.818	-60,1%
Ajuste Prejuízo ³	-167.506	-	-	-167.413	-	-
Lucro (prejuízo) líquido ajustado²	-19.563	-7.206	n.a.	-62.121	-46.155	34,6%
<i>Margem líquida ajustada²</i>	<i>-145,9%</i>	<i>-58,1%</i>	<i>n.a.</i>	<i>-115,1%</i>	<i>-56,0%</i>	<i>n.a.</i>

1. Referem-se aos gastos não recorrentes relativos a rescisões, processos legais (assessoria jurídica) e otimização de sistemas operacionais.
2. Inclui ajustes de itens não recorrentes.
3. Ajuste de despesas não operacionais.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O TC registrou um **EBITDA ajustado** negativo de **R\$ 4,4 milhões** ao concluir o quarto trimestre de 2023. Já no acumulado de 2023 o EBITDA ajustado foi de **R\$ 22,1 milhões** negativo, uma melhora de 41,0% em comparação com 2022.

(R\$ mil)	4T23	3T23	Var. (%)	2023	2022	Var. (%)
Lucro (prejuízo) líquido	-189.623	-8.815	<i>n.a.</i>	-243.817	-81.973	<i>n.a.</i>
(+/-) IR/CSLL	-35.970	-1.822	<i>n.a.</i>	-40.072	12.398	<i>n.a.</i>
(+/-) Resultado financeiro	-185	-1.352	-86,3%	-2.568	-3.587	-28,4%
(+/-) Depreciação/amortização	7.279	5.880	23,8%	24.781	17.334	43,0%
EBITDA	-12.181	239	<i>n.a.</i>	-41.634	-73.450	-43,3%
Margem EBITDA (%)	-90,9%	1,9%	<i>n.a.</i>	-77,1%	-89,1%	<i>n.a.</i>
(+/-) Itens não recorrentes ¹	2.554	1.609	58,7%	14.283	35.818	-60,1%
Ajuste EBITDA ³	-5.162	-	-	-5.162	-	-
EBITDA Ajustado²	-4.465	1.848	<i>n.a.</i>	-22.189	-37.632	-41,0%
Margem EBITDA ajustada (%)²	-33,3%	14,9%	<i>n.a.</i>	-41,1%	-45,6%	<i>n.a.</i>

1. Referem-se aos gastos não recorrentes relativos a rescisões, processos legais (assessoria jurídica) e otimização de sistemas operacionais.
2. Inclui ajustes de itens não recorrentes.
3. Ajuste de despesas não operacionais.

Eventos subsequentes

RESPOSTA AO OFÍCIO B3 1399.2023-SLS SOBRE PROCEDIMENTO PARA ENQUADRAMENTO DA COTAÇÃO DA AÇÃO

Em 5 de janeiro de 2024, o TC informou os acionistas e o mercado sobre o recebimento do Ofício B3 1399.2023-SLS no dia 21/12/2023, com o teor de que nos termos art. 46 do Regulamento de Emissores (Regulamento) a cotação dos valores mobiliários admitidos à negociação na B3 deve ser mantida em valor igual ou superior a R\$ 1,00 por unidade.

Em atendimento ao Ofício, a Companhia esclarece que está avançando com seu planejamento estratégico visando alcançar o equilíbrio operacional, conforme refletido nos resultados recentemente divulgados. Diante do cenário de melhora na eficiência financeira, a Companhia prevê que as medidas estratégicas devem refletir positivamente no valor de negociação das ações de sua emissão.

Informamos aos nossos acionistas que se as medidas tratadas não forem suficientes para enquadrar a cotação de suas ações acima de R\$ 1,00 a Companhia tomará todas as providências necessárias para realizar o grupamento de ações até 21/06/2024, a fim de assegurar a conformidade com as normas regulatórias vigentes, informando tempestivamente sobre o respectivo cronograma, caso aplicável.

Informações adicionais

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses com seus clientes.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a execução de serviços apenas relacionados à auditoria externa.

Anexos

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

(R\$ mil)	2023	2022
ATIVO	309.632	583.780
Ativo circulante	113.077	209.612
Caixa e equivalentes de caixa	83.457	147.613
Aplicação financeira vinculada	1.665	37.945
Contas a receber	11.853	9.340
Adiantamentos	3.960	2.201
Impostos a recuperar	4.967	6.081
Derivativos	-	-
Outros créditos	7.175	6.432
Ativo não circulante	196.555	374.168
Impostos a recuperar.	10.911	-
Outros créditos	7.885	8.959
Ativo fiscal diferido	191	35.302
Ativos financeiros	32.162	80.300
Partes relacionadas	188	4.233
Investimentos	44.461	46.943
Imobilizado	9.813	16.527
Intangível	90.944	181.904
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	309.632	583.781
Passivo circulante	23.384	49.558
Obrigações sociais e trabalhistas	1.933	4.548
Obrigações tributárias	843	1.231
Passivo de contrato	3.422	2.796
Arrendamento	547	3.489
Outras contas a pagar	16.207	14.234
Instrumentos financeiros derivativos	432	22.549
Dividendos a pagar	-	711
Passivo não circulante	2.470	731
Arrendamento	-	506
Provisão para contingências	2.470	225
Patrimônio líquido	283.934	532.365
Capital social	581.164	581.164
Reserva de capital	25.960	25.975
Ações em tesouraria	-5.407	-1.223
Prejuízos acumulados	-317.783	-73.551
Participação não controladores	-172	1.127
Patrimônio líquido total	283.762	533.492

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (CONSOLIDADO)

(R\$ mil)	2023	2022
Receita líquida	53.988	82.437
Custo do serviço prestado (CSV)	-39.888	-43.444
Lucro bruto	14.100	38.993
Despesas operacionais	-215.277	-129.777
Despesas com vendas / marketing	-15.263	-26.701
Gerais e administrativas	-70.917	-96.406
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-128.891	-6.132
Equivalência patrimonial	-206	-538
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	-201.177	-90.784
Receita financeira	34.000	87.805
Despesa financeira	-36.568	-91.392
Resultado financeiro líquido	-2.568	-3.587
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-203.745	-94.371
Imposto de renda e contribuição social corrente	-4.961	-2.663
Imposto de renda e contribuição social diferido	-35.111	15.061
Lucro (prejuízo) líquido	-243.817	-81.973

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (CONSOLIDADO)

(R\$ mil)	2023	2022
Das atividades operacionais		
Resultado do período	-243.817	-81.973
Ajustes por	-59.754	-43.165
Valor Justo 2TM	46.834	-
Depreciações e amortizações	24.781	17.334
Baixa líquida e ajustes do imobilizado e intangível	12.564	1.062
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	561	-
Baixa líquida de arrendamento financeiro	-	79
Baixa por impairment	75.364	2.740
Opções outorgadas reconhecidas	-	576
Variação cambial	347	8.159
Provisão para contingências	2.245	131
Resultado de equivalência patrimonial	206	538
Imposto diferido	35.111	-15.061
Resultado de derivativos	-14.216	22.549
Despesa de juros	266	701
Decréscimo (acrécimo) em ativos		
Contas a receber	-2.513	5.694
Adiantamentos	-2.183	-641
Impostos a recuperar	-9.797	105
Dividendos recebidos de investidas	2.184	1.603
Outros créditos	-880	-7.736
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Obrigações sociais e trabalhistas	-2.615	-1.507
Obrigações tributárias	-388	-306
Passivo de contrato	626	-1.473
Outras contas a pagar	1.975	-9.710
Dividendos recebidos de controladas/coligadas	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	-73.345	-57.136
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimento	-	-26.184
Combinação de negócios	-	-8.258
Aumento Arrendamento Financeiro	-	-
Aplicação financeira vinculada	36.280	-37.945
Perda efetiva com derivativos	-7.901	-
Aquisição de imobilizado	-1.179	-1.165
Aquisição de intangível	-13.286	-31.855
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	13.914	-105.407
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamentos	-3.875	-4.698
Partes relacionadas	4.045	-4.233
Dividendos pagos	-711	654
Aquisição de ações em tesouraria	-4.184	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	-4.725	-8.277
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-64.156	-170.820
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	147.613	318.433
No final do exercício	83.457	147.613
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-64.156	-170.820

Glossário

AMORTIZAÇÃO: É o pagamento de uma dívida, de maneira parcelada, por um período pré-estabelecido. Ou seja, o pagamento de um empréstimo, financiamento ou algo semelhante, por meio de parcelas.

ATIVO: Bens, valores ou créditos que formam o patrimônio de uma pessoa ou de uma empresa.

B2B (BUSINESS TO BUSINESS): Modelo de negócio “empresa para empresa” onde o cliente final é uma outra empresa ou organização.

B2C (BUSINESS TO CONSUMER): Modelo de negócio “empresa para consumidor” onde o cliente final é uma pessoa física.

BALANÇO PATRIMONIAL: É uma demonstração contábil que apresenta um “retrato” da posição patrimonial da firma.

BR GAAP: Refere-se ao conjunto de normas contábeis vigentes no Brasil.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Caixa é o montante em espécie e depósitos bancários disponíveis de uma empresa. Os Equivalentes de Caixa são todas aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL): Complemento da tributação do Imposto de Renda.

(CSV) CUSTO DOS SERVIÇOS VENDIDOS/PRESTADOS: Representa os custos que incidem sobre a venda de um produto ou serviço prestado por uma empresa.

DEPRECIAÇÃO: A depreciação indica o quanto do valor de um ativo foi utilizado. Ela é usada em contabilidade para tentar igualar o custo de um ativo à renda que o ativo ajuda a empresa a ganhar.

DESPESAS OPERACIONAIS/SG&A: Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas, ou SG&A (*Selling, General & Administrative Expenses*). Incluem todos os custos que não são relacionados

diretamente à produção (salários dos funcionários e despesas com *marketing*, por exemplo).

DOWNGRADE: Solicitação do usuário final do serviço pela troca de um plano para um de menor custo do que o contratado inicialmente.

EBITDA/EBITDA AJUSTADO: Indicador financeiro que informa o lucro de uma companhia antes de serem descontados o que a empresa gastou em juros e impostos, bem com o que perdeu em depreciação e amortização. Quando é divulgado como “ajustado”, significa que o cálculo foi feito de forma customizada por uma empresa, usando regras próprias.

HEADCOUNT: É o número de funcionários de uma empresa.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS (IFRS): Em português significa Normas Internacionais de Relatório Financeiro. É o conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB – *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).

IMPOSTO DE RENDA (IR): Tributo federal que incide sobre o lucro.

LUCRO BRUTO: Lucro operacional bruto ou lucro de vendas é a diferença entre a receita de uma empresa em relação aos seus custos variáveis (matérias-primas, custos de produção, comissões e demais insumos produtivos).

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO: Rendimento real de uma empresa, calculado pela diferença entre a receita total, os custos e despesas totais, as receitas e despesas financeiras e os impostos.

MARGEM BRUTA: Resultado da divisão do Lucro Bruto pela Receita Líquida. Ela apresenta a rentabilidade do negócio, segundo uma porcentagem de lucro que a empresa ganha nas suas vendas.

MARGEM EBITDA: Diferença entre o valor do EBITDA pelo valor da receita, representando a parcela da receita que gerou caixa para a Companhia.

MARGEM LÍQUIDA: Resultado da divisão do Lucro Líquido pela Receita Líquida, o qual indica a porcentagem de lucro em relação às receitas totalizadas no período.

PASSIVO: É o saldo de tudo que é devido por alguém ou por uma companhia.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido representa o valor residual dos ativos de uma empresa depois de deduzidos todos os seus passivos.

RECEITA BRUTA: Representa o montante da receita proveniente de uma transação entre entidade e comprador que deve ser mensurada pelo valor justo. Pode ser proveniente tanto da venda de bens como também da prestação de serviços.

RECEITA LÍQUIDA: Representa o resultado das vendas e prestação de serviços após a dedução dos custos, descontos, abatimentos, devoluções e os impostos que incidem sobre vendas/serviços.

RESULTADO (PREJUÍZO) FINANCEIRO: Diferença entre o total das receitas financeiras (rendimentos não relacionados com as atividades da empresa, como juros e descontos) e as despesas financeiras (gastos não relacionados com as atividades da empresa, como empréstimos, IOF e tarifas bancárias).

SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE): SaaS, ou *Software as a Service*, é uma forma de disponibilizar softwares e soluções de tecnologia por meio da Internet, como um serviço.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros(as) e Administradores(as) da
TC S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da TC S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TC S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia é requerida a proceder anualmente ao teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu perda por impairment de ágio por expectativa de rentabilidade futura nos montantes de R\$ 48.304 mil e R\$ 56.555 mil, controladora e consolidado, respectivamente, como divulgado na nota explicativa nº 14 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à complexidade envolvida no processo de avaliação da recuperabilidade do ágio que envolve um alto grau de subjetividade, tendo em vista que é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para múltiplos períodos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma significativa, pelas condições de mercado e cenários econômicos futuros.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a análise das políticas relacionadas a constituição do ágio, a revisão das projeções de rentabilidade futura fornecidas pela administração, a avaliação da objetividade e competência dos preparadores dessas projeções, além do envolvimento de nossos especialistas internos de finanças corporativas para análise das premissas, revisão dos cálculos envolvidos e análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável. Também conduzimos testes de exatidão matemática bem como avaliação da adequação das divulgações nas demonstrações contábeis.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura, consideramos que os critérios e premissas adotados para determinar o valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura preparados pela administração, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, bem como as respectivas divulgações efetuadas pela Companhia sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura na nota explicativa nº 14 às demonstrações contábeis.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia reconhece valores relativos a imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, além de diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu uma reversão dos saldos contabilizados de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo não circulante individual e consolidado no montante de R\$ 35.302 mil.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à complexidade envolvida no processo de avaliação da recuperabilidade do tributo diferido ativo que envolve alto grau de subjetividade além de ser baseado em diversas premissas tais como: crescimento da receita, taxas de descontos, comportamento dos custos e despesas, entre outros. Tais premissas incluem incertezas e julgamento profissional que podem não se realizar no futuro, podendo alterar o prazo e plano de realização

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, na avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração relacionadas às estimativas de lucros tributáveis elaboradas pela administração da Companhia, análise da objetividade e do conhecimento dos preparadores das projeções de rentabilidade futura, além do envolvimento de nossos especialistas tributários e de finanças corporativas internos para análise das premissas das projeções de rentabilidade futura e revisão dos cálculos envolvidos. Também conduzimos testes de exatidão matemática, verificação da consistência entre os dados utilizados nas projeções e os dados contábeis, bem como avaliação da adequação das divulgações nas demonstrações contábeis.

Com base nos resultados dos nossos procedimentos de auditoria realizados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do tributo diferido ativo, consideramos como aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Companhia para avaliação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

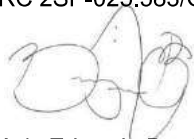
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1º de abril de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0



TC S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	77.266	143.545	83.457
Aplicação financeira vinculada	7	1.665	37.945	1.665
Contas a receber	8	7.819	6.618	11.853
Adiantamentos	-	379	562	3.959
Impostos a recuperar	9	4.671	5.979	4.967
Outros créditos	10	6.970	5.753	7.175
Total do ativo circulante		<u>98.770</u>	<u>113.076</u>	<u>209.612</u>
Ativo não circulante				
Impostos a recuperar	9	10.911	-	10.911
Outros créditos	10	7.660	8.959	7.885
Ativo fiscal diferido	17	-	35.302	191
Partes relacionadas	22	11.084	4.534	188
Ativos financeiros	11	32.162	80.300	32.162
Investimentos	12	106.957	120.253	44.461
Imobilizado	13	9.586	16.065	9.813
Intangível	14	29.375	113.661	90.944
Total do ativo não circulante		<u>207.735</u>	<u>379.074</u>	<u>374.168</u>
Total do ativo		<u>306.505</u>	<u>579.476</u>	<u>583.781</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



TC S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas	15	1.066	3.347	1.933	4.548
Obrigações tributárias	16	95	281	843	1.231
Passivo de contrato	18	3.422	2.796	3.422	2.796
Arrendamento	19	547	3.489	547	3.489
Outras contas a pagar	20	14.524	13.918	16.207	14.234
Instrumentos financeiros derivativos	28	432	22.549	432	22.549
Dividendos a pagar	20	-	-	-	711
Total do passivo circulante		20.086	46.380	23.384	49.558
Passivo não circulante					
Arrendamento	19	-	506	-	506
Provisão para contingências	21	2.470	225	2.470	225
Total do passivo não circulante		2.470	731	2.470	731
Patrimônio líquido					
	23				
Capital social		581.164	581.164	581.164	581.164
Reserva de capital		25.975	25.975	25.975	25.975
Ações em tesouraria		(5.407)	(1.223)	(5.407)	(1.223)
Reserva de lucros		-	-	-	-
Prejuízos acumulados		(317.783)	(73.551)	(317.783)	(73.551)
Total do patrimônio líquido		283.949	532.365	283.949	532.365
Participação não controladores		-	-	(172)	1.127
Total do patrimônio líquido		283.949	532.365	283.777	533.492
Total do passivo e patrimônio líquido		306.505	579.476	309.631	583.781

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



TC S/A

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	24	24.540	55.739	53.988	82.437
Custo do serviço prestado	25	(27.352)	(34.610)	(39.888)	(43.444)
(Prejuízo) lucro bruto		(2.812)	21.129	14.100	38.993
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas / marketing	25	(12.688)	(21.981)	(15.263)	(26.701)
Gerais e administrativas	25	(60.034)	(82.907)	(70.917)	(96.406)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	25	(129.135)	(5.443)	(128.891)	(6.132)
Equivalência patrimonial	12	(579)	(4.417)	(206)	(538)
		(202.436)	(114.748)	(215.277)	(129.777)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(205.248)	(93.619)	(201.177)	(90.784)
Receita financeira	26	33.639	87.564	34.000	87.805
Despesa financeira	26	(36.351)	(91.265)	(36.568)	(91.392)
Resultado financeiro, líquido		(2.712)	(3.701)	(2.568)	(3.587)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(207.960)	(97.320)	(203.745)	(94.371)
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	-	-	(4.961)	(2.663)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	(35.302)	15.061	(35.111)	15.061
(Prejuízo) líquido do exercício		(243.262)	(82.259)	(243.817)	(81.973)
Participação dos acionistas controladores			-	(243.262)	(82.259)
Participação dos acionistas não-controladores			-	(555)	286
(Prejuízo) básico por ação	27	(0,868337)	(0,292461)		
(Prejuízo) diluído por ação	27	(0,868337)	(0,292461)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



TC S/A

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Controladora e Consolidado

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
(Prejuízo) líquido do exercício	(243.262)	(82.259)	(243.817)	(81.973)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(243.262)	(82.259)	(243.817)	(81.973)
Participação do acionista controlador			(243.262)	(82.259)
Participação dos acionistas não-controladores			(555)	286

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

TC S/A

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Controladora e Consolidado

(Em milhares de reais)

		Reserva de lucros					Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Nota								
Saldo em 31 de dezembro de 2021		581.164	36.640	(13.301)	60	8.648	613.211	613.211
	22.b	-	(10.117)	10.117	-	-	-	-
	-	-	-	31	-	-	31	31
	22.(c)	-	(802)	1.930	-	-	1.128	1.128
	-	-	-	-	-	-	(82.259)	(81.972)
	-	-	-	-	(60)	(8.648)	287	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	840	840
	22.(f)	-	254	-	-	-	254	254
Saldo em 31 de dezembro de 2022		581.164	25.975	(1.223)	-	(73.551)	532.365	533.492
	22.(f)	-	-	(4.184)	-	-	(4.184)	(4.184)
	-	-	-	-	-	-	(744)	(744)
	-	-	-	-	-	(243.262)	(243.262)	(243.817)
	22.(f)	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	(970)	(970)	(970)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		581.164	25.975	(5.407)	-	(317.783)	283.949	283.777

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



TC S/A

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Controladora e Consolidado

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Das atividades operacionais				
Resultado líquido do exercício	(243.262)	(82.259)	(243.817)	(81.973)
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	22.972	16.081	24.781	17.334
Baixa líquida e ajustes do imobilizado e intangível	12.564	1.062	12.564	1.062
Valor Justo 2TM	46.834	-	46.834	-
Baixa por impairment	75.364	2.740	75.364	2.740
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	561	-
Baixa líquida de arrendamento financeiro	-	79	-	79
Opções outorgadas reconhecidas	-	576	-	576
Variação cambial	347	8.159	347	8.159
Provisão para contingências	2.245	131	2.245	131
Provisão de chargeback	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	579	4.417	206	538
Imposto diferido	35.302	(15.061)	35.111	(15.061)
Resultado de derivativos	(14.216)	22.549	(14.216)	22.549
Despesa de Juros	266	701	266	701
Transação de capital com sócios	-	-	-	-
	(61.005)	(40.825)	(59.754)	(43.165)
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Contas a receber	(1.201)	7.730	(2.513)	5.694
Adiantamentos	168	989	(2.182)	(641)
Impostos a recuperar	(9.603)	201	(9.797)	105
Dividendos recebidos de investidas	7.184	6.803	2.184	1.603
Outros créditos	359	(11.435)	(880)	(7.736)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.281)	(565)	(2.615)	(1.507)
Obrigações tributárias	(186)	(395)	(388)	(306)
Passivo de contrato	626	(1.473)	626	(1.473)
Outras contas a pagar	606	437	1.974	(9.710)
	(65.333)	(38.533)	(73.345)	(57.136)
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimento	-	(53.453)	-	(26.184)
Aporte de capital	(2.994)	-	-	-
Aplicação financeira vinculada	36.280	(37.945)	36.280	(37.945)
Combinação de Negócios	-	-	-	(8.258)
Perda efetiva com derivativos	(7.901)	-	(7.901)	-
Aquisição de imobilizado	(982)	(1.148)	(1.179)	(1.165)
Aquisição de intangível	(10.740)	(29.508)	(13.286)	(31.855)
	13.663	(122.054)	13.914	(105.407)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de arrendamentos	(3.875)	(4.698)	(3.875)	(4.698)
Partes relacionadas - ativo	(6.550)	(4.534)	4.045	(4.233)
Aquisição de ações em tesouraria	(4.184)	-	(4.184)	-
Dividendos pagos	-	(57)	(711)	654
	(14.609)	(9.289)	(4.725)	(8.277)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamentos				
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(66.279)	(169.876)	(64.156)	(170.820)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	143.545	313.421	147.613	318.433
No final do exercício	77.266	143.545	83.457	147.613
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(66.279)	(169.876)	(64.156)	(170.820)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



TC S/A

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	28.030	63.556	59.794	92.239
	28.030	63.556	59.794	92.239
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.597)	(23.425)	(12.024)	(26.979)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(65.228)	(150.336)	(73.731)	(155.297)
Valor adicionado bruto	(42.795)	(110.205)	(25.961)	(90.037)
Perda e recuperação de valores ativos	(75.364)	-	(75.364)	-
Valor Justo 2TM	(46.834)	-	(46.834)	-
Depreciação e amortização	(22.972)	(16.081)	(24.781)	(17.334)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(187.965)	(126.286)	(172.940)	(107.371)
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	33.639	87.564	34.000	87.805
Resultado de equivalência patrimonial	(579)	(4.417)	(206)	(538)
Valor adicionado total a distribuir	(154.905)	(43.139)	(139.146)	(20.104)
Distribuição do valor adicionado	(154.905)	(43.139)	(139.146)	(20.104)
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	21.874	27.760	27.670	40.325
Benefícios	4.731	8.339	5.848	10.432
F.G.T.S.	3.411	7.269	5.378	10.469
	30.016	43.368	38.896	61.226
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	38.021	(7.888)	44.168	(4.119)
Municipais	770	1.735	1.702	2.608
Estaduais	1	6	10	11
	38.792	(6.147)	45.880	(1.500)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	18.790	1.084	19.005	1.157
Aluguéis	759	815	890	986
	19.549	1.899	19.895	2.143
Remuneração de capitais próprios				
(Prejuízo) retidos do exercício	(243.262)	(82.259)	(243.817)	(81.973)
	(243.262)	(82.259)	(243.817)	(81.973)
	(154.905)	(43.139)	(139.146)	(20.104)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais (R\$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O TC S/A (“TC” ou “Companhia”), anteriormente denominado TC Traders Club S/A, foi constituído em 15 de setembro de 2016, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830 – 5º andar – Torre 2 Conj 52, São Paulo - SP. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo”). O Grupo tem como seu objeto social as seguintes atividades: i) treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial; ii) operação de páginas e portais na internet que atualizam periodicamente seu conteúdo, gerando e mantendo informações sobre o mercado financeiro, empresarial e do sistema político brasileiro; iii) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; iv) atividades de organização e promoção de feiras, congressos, convenções, conferências e exposições comerciais e ou profissionais, seja pela internet ou evento físico; v) desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; vi) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não – customizáveis; vii) consultoria em tecnologia da informação; e viii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.

O TC é uma comunidade de investidores e sua plataforma oferece inteligência de mercado gerada tanto pelo networking entre milhares desses investidores, os quais compartilham suas ideias de investimentos e trocam experiências (“*crowd-sourced content*”), bem como pelo fornecimento de informações (muitas delas em tempo real e proprietárias) relacionadas ao mercado financeiro do Brasil e do mundo.

O Grupo também disponibiliza análise de dados relativos ao cenário macro e às empresas listadas em bolsa que auxiliam na melhor tomada de decisão. O terceiro braço da plataforma é o de educação financeira, com a oferta de diversos cursos (alguns deles gratuitos) para quem investe ou deseja começar a investir.

A receita da Companhia e suas controladas são obtidas com a venda de planos de assinaturas, serviços e cursos.

Em 27 de julho de 2021, a Companhia se tornou uma sociedade anônima de capital aberto com ações listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código “TRAD3”.

Em 23 de dezembro de 2022 a Companhia alterou a sua denominação social, que passou de “TC Traders Club S.A.” para “TC S.A.”



Gestão operacional, financeira e administrativa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo incorreu no prejuízo consolidado de R\$ 243.817 e em 31 de dezembro de 2022 R\$ 81.973, apresentando um fluxo de caixa consolidado negativo em R\$ 66.279 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 170.820 em 31 de dezembro de 2022.

A Administração avalia constantemente os indicadores operacionais, os resultados alcançados e a posição financeira do Grupo baseados nas diretrizes estratégicas em curso. As diretrizes estratégicas preveem: (i) fortalecimento dos serviços prestados aos usuários da plataforma, que é um dos maiores diferenciais competitivos do TC (ii) eficiência nos serviços prestados em B2B e B2C (iii) eficiência financeira, para acelerar rentabilidade por meio da efetividade de investimentos em aquisição, controle de custos e despesas utilizando as melhores técnicas do mercado, bem como pela criação de novas fontes de receita, em novas frentes de negócio com, DCM – DEBT Capital Management, Advisory e Parcerias estratégicas (Webull), (iv) excelência operacional, com o amadurecimento organizacional, através de processos que garantam excelência de execução, mitigando riscos e redução de custos operacionais. Com base nos pilares descritos acima, o Grupo se propõe a ser a maior e melhor comunidade brasileira e da América Latina.

Durante o ano de 2023 o negócio passou por uma reestruturação superimportante, onde revimos minuciosamente todas as linhas de gastos, e revisitamos todas as linhas de negócio. Esse esforço continuado nos possibilitou diminuir nosso SG&A em relação a 2022, e deu a possibilidade para que a organização tenha uma estrutura muito mais ágil e enxuta preparadas para os novos desafios que a esperam. A Administração do Grupo avaliou a posição corrente dos ativos e passivos, bem como a disponibilidade de caixa, e conclui que são suficientes para garantir as operações do Grupo nos próximos 12 meses e, conseqüentemente, a Administração não constatou indícios relacionados à incapacidade do Grupo de manter a continuidade normal de suas operações e, portanto, essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base neste pressuposto.

a) Empresas controladas

TC Mover & School Informação e Educação Ltda. (“TC Mover & School”): (anteriormente denominada Tradersnews Informações e Educação Ltda.): O TC Mover & School foi constituído em junho de 2018, com objetivo de realizar treinamentos, desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial.

TC Matrix Ltda. (“TC Matrix”): O TC Matrix foi constituído em setembro de 2020, com objetivo de atividade de consultoria e análise de valores mobiliários.

TC Radio Ltda. (“TC Radio”): O TC Radio foi constituído em dezembro de 2020, com objetivo de prestar serviços de Web Rádio. As atividades da controlada iniciaram-se no 1º trimestre de 2021.

CALC Sistemas de Gestão Ltda. (“Sencon”): Em 1º de abril de 2021, através do primeiro aditivo ao contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Sencon. Sua atividade principal é cálculo do IRRF das operações em bolsa. A Sencon foi incorporada pela Companhia no dia 19 de novembro de 2021.

TC Gestão Empresarial Ltda. (“TC Gestão”): O TC Gestão foi constituído em junho de 2021, com o objetivo de prestar serviços de gestão de recursos de terceiros, sendo uma das referências em MFO – Multi Family Office no mercado brasileiro. A alta administração levando em consideração o objeto social do negócio, entendeu relevante realizar a venda, de modo que, em 05 de dezembro de 2023 a referida empresa foi integralmente liquidada, dado que a empresa já detinha outro CNPJ no qual poderia exercer os serviços de gestão de recursos de terceiros.

Abalustre Tecnologia para Investidores Ltda. (“Abalustre”): A Abalustre foi adquirida pela Companhia em 9 de setembro de 2021. Tem como objeto social oferecer plataformas para integração de fontes de dados, permitindo que instituições adotem ou se integrem facilmente a outras organizações de ecossistemas de investimento e bolsas.



FL Journal Ltda. (anteriormente denominado TC Comércio Ltda.) (“FLJ”): O TC Comércio foi constituído em setembro de 2021, com o objetivo de comercialização varejista de produtos relacionados à Companhia. Em 29 de junho de 2023 houve alteração da razão social da empresa citada que passou a ser denominada FL Journal Ltda. (“FLJ”) bem como alterou seu objeto social que passou a ser de prestação de serviços de organização de feiras e congressos, publicidade e edição de jornais diários.

RI Prisma Ltda. (anteriormente denominada RIWeb S.A.) (“RI Prisma”): Em 1º de outubro de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da RI Prisma, sociedade resultante da cisão parcial do Grupo Comunique-se S.A. A RI Prisma realiza a prestação de serviços de relação com investidores para companhias abertas e fundos de investimentos. Em 24 de maio de 2022 o TC alterou a razão social da sociedade para **RI Prisma Ltda.**

Economatica Software de Apoio a Investidores Ltda. (“Economatica”): Em 1º de outubro de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Economatica, que tem como objetivo a prestação de serviços de processamento de dados referente ao desenvolvimento de softwares voltado ao mercado financeiro para utilização por terceiros.

SB Digital Serviços e Treinamentos Profissionais Ltda. (“TC Cripto”): O TC Cripto foi adquirido pela Companhia em 16 de novembro de 2021. O TC Cripto opera no segmento de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial relacionado ao mercado de criptomoedas.

TC Sfoggia Tax Tech Consultoria Ltda. (“TC Sfoggia”): (anteriormente denominada Sfoggia Consultoria Ltda.): O TC Sfoggia foi adquirido pela Companhia em 26 de fevereiro de 2022. O TC Sfoggia opera no segmento de prestação de serviços de consultoria tributária focada na otimização fiscal e na recuperação de impostos a partir de uma ferramenta disruptiva e inovadora.

TC Advisory Ltda (“TC Advisory”): A Companhia realizou, em 04 de agosto de 2022, a constituição do TC Advisory Ltda, subsidiária integral do TC S/A, a qual atuará com assessoria em mercado de capitais, incluindo M&As e demais operações para captação de recursos.

TC Traders Club USA INC (“TC USA”): A Companhia realizou, em 30 de setembro de 2022, a constituição do TC Trades Club USA INC, subsidiária integral do TC S/A, a qual atuará com novos negócios no exterior. Empresa atualmente em fase pré-operacional.

Pandhora Investimentos Ltda (“Pandhora”): A Pandhora foi adquirida pela Companhia em 19 de outubro de 2022, conforme fato relevante divulgado em 10 de agosto de 2022.

Fundada em 2016, a Pandhora é uma gestora de fundos multiestratégia quantitativos (“Quants”) que atua com uma política de investimentos que mescla variados tipos de aplicações em ativos líquidos e globais. O seu principal diferencial é o processo decisório da carteira de investimentos, o qual é feito por algoritmos e modelos matemáticos que são atualizados constantemente para acurar o processo decisório do fundo. Trata-se de uma alternativa de diversificação para os investidores, uma vez que apresentam resultados descorrelacionados da indústria e do mercado, reduzindo consideravelmente o risco da carteira de seus clientes, tratando-se de uma gestora de fundos multiestratégia quantitativos, com aproximadamente R\$ 350 milhões de AuM (assets under management, ativos sob gestão) e com uma estratégia atual com capacidade de alocação de até R\$ 10 bilhões.

TC Holding Financeira Ltda (“TC Holding financeira”): A Companhia realizou, em 30 de novembro de 2022, a constituição do TC holding financeira, subsidiária integral do TC S/A, a qual atuará como holding e tem como objeto social, controle de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, mediante participação direta no seu capital e participação em outras empresas como sócia.

TC Assessor de Investimento Ltda (“TC AAI”): A Companhia realizou, em 08 de agosto de 2023, a constituição da TC Assessor de Investimento Ltda., subsidiária integral do TC S/A, a qual atuará como um agente de investimentos em aplicações financeiras.



TC Star Desk Educação Financeira Ltda (“TC Stardesk”): A Companhia realizou, em 13 de setembro de 2023, a constituição do TC Star Desk Educação Financeira Ltda., subsidiária do TC S/A, a qual atuará como mesa proprietária e tem como objeto social, atividade empresarial voltada para o mercado financeiro, incluindo ensino sobre ações, opções financeiras e índices de mercado.

As controladas acima citadas, que se encontravam em operação ou fase pré-operacional até 31 de dezembro de 2023, compõem as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo.

A participação em cada controlada está sendo apresentada na tabela a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
TC Mover & School	100,00%	99,99%
TC Matrix	100,00%	99,99%
TC Radio	99,99%	99,99%
TC Gestão	-	99,99%
Abalustre	100,00%	100,00%
FL Journal	100,00%	99,99%
RI Prisma	100,00%	100,00%
Economatica	100,00%	100,00%
TC Cripto	100,00%	100,00%
TC Sfoggia	56,00%	56,00%
TC Advisory	100,00%	100,00%
TC USA	100,00%	100,00%
Pandhora	100,00%	100,00%
TC Holding financeira	100,00%	100,00%
TC AAI	99,99%	-
TC Stardesk	51,00%	-

2. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 1º de abril de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.



Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

- **Nota Explicativa nº 24** – reconhecimento de receita: se a receita de venda de assinaturas e venda de treinamentos é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;
- **Nota Explicativa nº 14** – reconhecimento do ativo intangível (CPC 4 (R1)): Diante do constante desenvolvimento e aprimoramento dos softwares (plataformas) utilizados pelo Grupo, apenas os gastos integralmente identificados e controlados para desenvolvimento e evolução das plataformas são ativados, em decorrência de sua geração de benefícios futuros;
- **Nota Explicativa nº 19** – prazo do arrendamento: o Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa;
- **Nota Explicativa nº 12** – equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;
- **Nota Explicativa nº 6 (a) (ii)** – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 17** – reconhecimento e mensuração de ativos fiscais diferidos, especialmente decorrentes de prejuízos fiscais não recorrentes, recuperáveis com base em projeções de lucro tributável futuro estimado pela Administração;
- **Nota Explicativa nº 21** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa nº 14** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; e
- **Nota explicativa nº 6 (b)** - aquisição de controlada: valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;



- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11** – Ativos financeiros;
- **Nota Explicativa nº 6.b** – Movimentos societários;
- **Nota explicativa nº 23.f** - Remuneração baseada em ações

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio mensurados pelo valor justo;
- Passivos de pagamento baseado em ações liquidadas em caixa mensurados pelo valor justo.

6. Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

a) Base de consolidação

i) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.



A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as demonstrações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

iii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

v) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.



vi) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Movimentos Societários

Combinação de Negócios – Aquisição de controladas

i) TC Sfoglia Tax Tech Consultoria Ltda (“TC Sfoglia”)

A Companhia realizou em 22 de fevereiro de 2022 a compra de 51% das quotas de emissão do TC Sfoglia.

O TC Sfoglia foi constituído em 20 de janeiro de 2022 e atua com consultoria tributária focada na otimização fiscal e na recuperação de impostos a partir de uma ferramenta disruptiva e inovadora, conectada à legislação aplicada e parametrizada para identificar oportunidades de créditos fiscais, decorrentes de erros nos lançamentos e de pagamentos efetuados pelas empresas.

Em 31 de maio de 2022, a Companhia realizou a aquisição de 5% adicionais de quotas de emissão do TC Sfoglia.

a. Contraprestação transferida

A operação foi adquirida pelo valor total de R\$ 3.005 liquidados em dinheiro. Além disso, o contrato prevê um pagamento adicional ao vendedor, caso certas circunstâncias cumulativas sejam cumpridas por sua parte, conforme descrito a seguir:

Em 2023 as métricas pré-estabelecidas para um possível pagamento de earn-out não foram atendidas, portanto não fizeram jus ao pagamento.

b. Custo de aquisição

O custo de transação envolvendo a aquisição desta controlada em 2022 foi de R\$ 35 reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.

c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, o custo de aquisição da participação, bem como o Ágio por expectativa de rentabilidade futura resultante, que impactaram as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022:

	TC Sfoglia
Ativos	1.137
Caixa e equivalentes de caixa	62
Não concorrência	1.075
Passivos	-
Ativos e passivos líquidos	1.137
Valor pago em dinheiro	3.005
Contraprestação total transferida	3.005
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	1.868
Minoritários	56

Os valores justos (finalizados durante o 3º trimestre de 2022) foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por empresa especializada independente contratada pela Companhia para suportar a conclusão da Administração, tendo como resultado o ajuste de valor justo do intangível “Não concorrência” no montante de R\$ 1.075, avaliado pelo método de Fluxo de Caixa Descontado.



iii) Pandhora investimento Ltda. ("Pandhora").

A Companhia realizou em 19 de outubro de 2022 a compra de 100% das quotas de emissão da Pandhora.

A Pandhora é uma gestora de fundos multiestratégia quantitativos com aproximadamente R\$ 350 milhões de AuM (assets under management, ativos sob gestão) e com uma estratégia atual com capacidade de alocação de até R\$ 10 bilhões.

A aquisição da Gestora representa mais um diferencial competitivo para o ecossistema do TC, trazendo oportunidades de novos produtos para a sua base de clientes e uma fonte adicional de receita recorrente para a Companhia.

a. Contraprestação transferida

A operação foi adquirida pelo valor total de R\$ 15.000, o qual poderá ser ajustado para mais ou para menos, de acordo com determinadas premissas do contrato.

O preço será liquidado em quatro parcelas, sendo a primeira paga no ato do fechamento da operação no montante de R\$ 5.345, R\$ 4.216 foram pagos em moeda corrente nacional até 15 de novembro de 2022 e o valor remanescente será pago mediante a entrega de 299.998 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, a um preço por ação de R\$ 3,766, definido a partir da média simples incorrida entre 30 de setembro de 2022 e 14 de outubro de 2022.

As demais parcelas serão pagas da seguinte forma: (i) R\$ 2.377 no primeiro aniversário do fechamento; (ii) R\$ 2.377 no segundo aniversário do fechamento; e (iii) R\$ 4.900 no terceiro aniversário do fechamento. O pagamento das parcelas subsequentes ao fechamento da operação poderá ser realizado mediante a entrega de ações ordinárias do TC e/ou por meio da transferência de recursos disponíveis, a critério da Companhia. No primeiro aniversário a Companhia optou por pagar com recursos disponíveis, seguindo o preço base acordado.

b. Custo de aquisição

O custo de transação envolvendo a aquisição desta controlada em 2022 foi de R\$ 38 reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.

c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, o custo de aquisição da participação, bem como o Ágio por expectativa de rentabilidade futura resultante, que impactaram as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022:

	Pandhora
Ativos	7.913
Caixa e equivalentes de caixa	31
Adiantamentos	9
Impostos a recuperar	3
Outros créditos	1.720
Imobilizado líquido	239
Intangível líquido	18
Software	5.658
Não concorrência	237
Passivos	987
Fornecedores	43
Obrigações sociais e trabalhistas	14
Obrigações tributárias	87
Outras contas a pagar	844
Ativos e passivos líquidos	6.926
Valor pago em dinheiro	13.871
Valor pago em ações em tesouraria	1.129
Contraprestação total transferida	15.000
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	8.074



Os valores justos foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por empresa especializada independente contratada pela Companhia para suportar a conclusão da Administração, tendo como resultado o ajuste de valor justo do intangível “Software” no montante de R\$ 5.658, “Não concorrência” no montante de R\$ 237, avaliados pelo método de Fluxo de Caixa Descontado.

c) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d) Receita de contrato com cliente

A receita de contratos com clientes é reconhecida, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida.

Não há componente de financiamento significativo nos contratos celebrados com clientes (nem declarada de forma expressa no contrato nem de forma implícita pelos termos de pagamento pactuados pelas partes). Também não há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pelo Grupo. A contraprestação prometida ao cliente está declarada expressamente em contrato ou acordo realizado, e há não previsão de variabilidade sobre as transações de receitas.

Identificação do contrato com o cliente

Os acordos celebrados (termos e condições) entre o Grupo e os usuários contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento são claramente identificadas.

e) Benefícios a empregados

• **Benefícios de curto prazo a colaboradores**

Obrigações de benefícios de curto prazo a colaboradores são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

• **Benefícios de término de vínculo empregatício**

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando o Grupo não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando o Grupo reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.



- **Transações com pagamentos baseados em ações**

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados e prestadores de serviços com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os prestadores adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas operacionais.

f) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Taxas de intermediações com operadoras de cartão.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

g) Imposto de renda e contribuição social

Para o exercício de 2023 e 2022, o imposto de renda e contribuição social foi calculado pelo regime do lucro real, através da aplicação das alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.



O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o NBC TG 25 (R1) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37).

Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

h) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).



Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2023	2022
Máquinas e equipamentos de informática	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 anos	3 anos
Direito de uso	3 anos	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i) Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento (software)

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.



Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos intangíveis são as seguintes:

	2023	2022
Plataforma TC (i) (ii)	5 anos	5 anos
Carteira de clientes Economática	13 anos	13 anos
Software Economática	14 anos	14 anos
Carteira de clientes RIWEB	13 anos	13 anos
Software RIWEB	13 anos	13 anos
Não competição Sfoggia	8 anos	8 anos
Software Pandhora	10 anos	10 anos
Não competição Pandhora	4 anos	4 anos

- (i) Refere-se à plataforma (software) TC (Aplicativo e Site), desenvolvido internamente pela Companhia, em processo de desenvolvimento contínuo de novas soluções e melhoria das existentes;
- (ii) Refere-se à plataforma (software) TC Filial (calculadora de imposto de renda), desenvolvido internamente pela Companhia.

Após o reconhecimento inicial aplicando os requisitos da NBC TG 04 (R3) Ativo Intangível (IAS 38), os intangíveis são amortizados pelo período esperado de vida útil e benefício econômico, e avaliados por *impairment* quando e se houver indicativos para tal.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e



- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. O Grupo como parte de sua política de fluxo de caixa, procede com a antecipação dos recebíveis junto a operadora de meio de pagamento, da forma que reconhece o passivo antecipado e a despesa financeira auferida nesta operação, visto que, em essência tais antecipações tem característica de instrumento de dívida, em decorrência da não satisfação da obrigação de performance e consequentemente reconhecimento da receita.



Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l) Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza as definições de arrendamento previstas na NBC TG 06 (R3)/IFRS 16.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.



Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento no "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamento" no balanço patrimonial.

m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.



A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

n) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme a NBC TG 32 (R3)/IAS 12.

Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

o) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.



(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

p) Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), nos termos da NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conforme aplicável às companhias abertas, enquanto para fins de IFRS, representam informação suplementar, como parte das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Grupo, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

q) Pronunciamentos novos ou revisados

Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).



O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações contábeis.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.



Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, pois esta não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a *transações sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.



Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IAS 21/ CPC 02

Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas.



7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira vinculada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	3.122	6.774	6.509	8.534
Aplicações financeiras (i)	74.144	136.771	76.948	139.079
Caixa e equivalentes de caixa	77.266	143.545	83.457	147.613
Aplicação financeira vinculada (ii)	1.665	37.945	1.665	37.945
Total	78.931	181.490	85.122	185.558

- (i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), e possuem liquidez imediata. O rendimento médio das aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ficou em torno de 111,67% (em torno de 105,12% do CDI em 31 de dezembro de 2022).
- (ii) O montante de R\$ 1.665 refere-se a aplicações financeiras vinculadas como garantia de instrumentos financeiros derivativos TRS (*Total Return Swaps*), apresentados na nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros.

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber	7.819	6.618	12.414	9.340
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(561)	-
Total	7.819	6.618	11.853	9.340

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do CPC 48 para mensuração de perdas de crédito esperadas, considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Quando há recuperação subsequente de valores previamente baixados, são creditados na mesma conta.

A provisão para perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em títulos vencidos superior a 120 dias.

A composição das contas a receber por período de vencimento é conforme segue:

Clientes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valores a vencer	7.819	6.618	10.472	8.210
Valores vencidos				
01 – 30 dias	-	-	245	733
31 – 60 dias	-	-	334	127
61 – 119 dias	-	-	241	270
A partir 120 dias	-	-	561	-
Total	7.819	6.618	11.853	9.340

Segue abaixo, a movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2022	-
(+) Constituição	(3.319)
(-) Reversão	2.758
Saldo em 31/12/2023	(561)



As provisões para perdas esperadas nas contas a receber são apresentadas na rubrica de despesas gerais e administrativas, na demonstração de resultados.

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS a recuperar (i)	3.746	435	3.797	459
IRPJ e CSLL a Recuperar (ii)	10.913	5.510	10.965	5.544
Crédito Previdenciário a recuperar (iii)	923	-	1.060	-
Outros a recuperar	-	34	56	79
Total	15.582	5.979	15.878	6.082
Ativo circulante	4.671	5.979	4.967	6.082
Ativo não circulante	10.911	-	10.911	-

- (i) Os créditos de Pis e Cofins foram originados no decurso normal das operações da Companhia.
- (ii) Composto principalmente por saldo negativo de IR e CSLL, antecipações de IR e IR sobre aplicações financeiras.
- (iii) Os créditos previdenciários foram originados de encargos trabalhistas pagos em excesso.

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de aluguel	-	300	-	300
Despesas antecipadas (i)	14.630	14.412	15.060	15.091
Total	14.630	14.712	15.060	15.391
Ativo circulante	6.970	5.753	7.175	6.432
Ativo não circulante	7.660	8.959	7.885	8.959

- (i) Do saldo de despesas antecipadas apresentado no consolidado, o montante de R\$ 8.156, refere-se a adiantamentos feitos à consultoria especializada para o processo de implantação da corretora e será amortizado em 48 meses, cujo investimento é parte importante do plano da Companhia para acelerar o início do projeto do TC Investimentos, o qual trará negociação para dentro do ambiente do TC. Trata-se de um grande marco para o TC e uma evolução natural da plataforma da Companhia, com verticalização de novas áreas para a venda de produtos financeiros e expansão de oportunidades de investimentos. Do saldo remanescente, segue o desdobramento dos principais valores: i) O montante de R\$ 2.544 refere-se a bônus de retenção para colaboradores estratégicos para operação da Companhia e suas controladas, a serem amortizados conforme o período contratual, mínimo de 2 anos para aquisição da integralidade do bônus; ii) o montante de R\$ 2.542 refere-se a despesa antecipada a prestador de serviço, a qual será amortizada em 48 meses; iii) o montante de R\$ 1.657 refere-se à consultoria de gestão empresarial voltada para mercado financeiro, em especial ao segmento de intermediação e corretagem, entre outras atividades correlatas; e o montante de R\$ 161 refere-se a despesas com seguros, vale-refeição e despesas com outras consultorias.



11. Ativos financeiros (controladora e consolidado)

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Mercado Bitcoin (i)	77.996	78.257
Mensuração do valor justo – 2TM (i)	(46.834)	-
Qooore (ii)	-	1.043
Dibran (iii)	1.000	1.000
Total	32.162	80.300

- (i) A Companhia celebrou Contrato de Investimento via aquisição de Notas Conversíveis de emissão da 2TM Holding Company Ltd. ("2TM"), no valor total de US\$ 15.000 ("Convertible Notes").

As *Convertible Notes* foram totalmente convertidas em participação societária em 2 de janeiro de 2023, totalizando 135.738 ações, representativas de 1% do capital social do Mercado Bitcoin, não havendo qualquer influência significativa sobre sua Administração. O investimento, portanto, é avaliado ao seu valor justo a cada exercício e o ganho ou a perda é reconhecido diretamente no resultado do exercício. Durante o exercício de 2023 foi reconhecida uma perda no montante de R\$ 35.573, resultando na baixa do valor contábil do ativo para seu valor justo.

A mensuração do valor justo foi classificada como valor justo de nível 3 com base nos inputs da técnica de avaliação utilizada. Para avaliar o valor justo do ativo, foi adotada a média do resultado de avaliação obtido por meio das metodologias de fluxo de caixa descontado, e cenários de múltiplos de Vendas/EBITDA, sendo a análise de múltiplos pautada nos dados de mercado das ações de sua principal comparável, Coinbase. A conclusão resulta em um desconto sobre o valor original de aquisição de 45,61%, o qual está suportado pela amostra de rodadas de captação de venture capital de companhias semelhantes (Crypto Exchange Kraken, Consensys, Ripple Labs e QuickNode) observadas em período próximo a data base em portal de informações de venture capital levantadas pela administração da Companhia.

A 2TM é uma holding com um portfólio focado em serviços baseados em ativos digitais. A 2TM, é a maior plataforma de ativos digitais da América Latina e a principal empresa do grupo.

O investimento é realizado em um contexto estratégico da Companhia, tendo em vista as negociações de parceria mantidas até o momento entre o TC e a 2TM, visando a expansão da oferta de serviços voltados para o mercado de criptoativos, por meio das plataformas do Mercado Bitcoin e demais subsidiárias da 2TM. A Companhia entende que a indústria de criptoativos é de suma importância para as suas atividades, contando com uma alta penetração na população brasileira. Somente no Mercado Bitcoin, são mais de 3 milhões de usuários cadastrados. Dessa forma, eventuais parcerias junto à 2TM permitiriam à Companhia expandir receitas através de cross-selling para seus próprios clientes, bem como alcançar novos clientes nativos do mercado de criptoativos, expandindo seu público endereçável.

- (ii) Em 21 de outubro 2021 a Companhia realizou acordo futuro para aquisição de participação ("Acordo") na Qooore Corporation ("Qooore"). O Acordo proporcionava à Companhia o direito ao recebimento de ações da Qooore, mediante a ocorrência de determinados eventos, como levantamento de uma rodada de investimento, conforme práticas comuns de mercado. A Qooore era um aplicativo americano de investimentos focado principalmente em usuários pertencentes à geração Y e Z. O aplicativo tem como missão mudar a forma como os jovens investem, oferecendo insights e educação financeira com ênfase nas conexões via social e apoio de interface intuitiva.

Em 27 de novembro de 2023, a Companhia recebeu a informação por parte da Qooore sobre o encerramento das atividades, de modo que, não havendo uma alternativa a Companhia reconheceu a perda total com o Ativo financeiro.



- (iii) A Companhia assinou em 9 de junho de 2022, o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para aquisição direta de 100% das quotas da Dibran Holding Financeira Ltda. e indireta de 100% das quotas da Dibran Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. A conclusão e o fechamento da operação estão sujeitos à verificação de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias para a consolidação do controle acionário, inclusive do Banco Central do Brasil. O valor total agregado da transação de aquisição da Dibran Holding Financeira Ltda. e da Dibran Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é de R\$ 8.500, sujeito a eventuais ajustes usuais nesse tipo de negócio, já tendo sido adiantado como sinal da operação o valor de R\$ 1.000.



12. Investimentos

A movimentação dos investimentos do TC em controladas e coligadas, em fase operacional ou pré-operacional em 31 de dezembro de 2023, encontram-se demonstradas a seguir:

i) Controladora

	% Participação	Saldo em 31/12/2022	Integralização de capital	Impairment(**)	Equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Outros	Saldo em 31/12/2023
TC Radio	99,99%	191	-	-	(32)	-	-	159
TC Matrix	100,00%	700	2.424	-	(3.178)	-	-	(54)
TC Mover & School	100,00%	48	156	-	(195)	-	-	9
TC Gestão	100,00%	23	314	-	(337)	-	-	-
Abalustre	100,00%	45	-	-	(23)	-	-	22
FL Journal (TC Comercio)	100,00%	75	-	-	(83)	-	-	(8)
RI Prisma	100,00%	7.457	-	-	776	-	-	8.233
Economática	100,00%	43.359	-	-	6.322	(5.000)	-	44.681
TC Cripto	100,00%	4.195	-	-	(36)	-	-	4.159
TC Sfoggia	56,00%	3.301	-	(2.658)	(510)	-	-	133
TC Advisory	100,00%	64	-	-	500	-	-	564
Pandhora	100,00%	14.531	-	(5.592)	(2.703)	-	(864)	5.372
TC Holding financeira	100,00%	-	100	-	(94)	-	-	6
TC Assessor	99,99%	-	-	-	(618)	-	-	(618)
TC Stardesk	51,00%	-	-	-	(162)	-	-	(162)
DXA (*)	20,10%	17.967	-	-	(1.371)	-	-	16.596
InvestAI (*)	20,00%	2.886	-	-	(208)	-	-	2.678
Arko Advice (*)	20,34%	18.745	-	-	1.137	(2.004)	112	17.990
Arko Digital (*)	15,00%	5.345	-	-	236	(180)	(204)	5.197
Galicía (*)	5,00%	2.000	-	-	-	-	-	2.000
Impairment (**)	-	(679)	-	-	-	-	679	-
Total		120.253	2.994	(8.250)	(579)	(7.184)	(277)	106.957

(*) Investimentos em coligadas.

(**) Vide nota explicativa nº 14



Sumário das Informações contábeis das controladas em 31 de dezembro de 2023:

		Ativo	Ativo não	Passivo	Passivo	Patrimônio
	% Participação	circulante	circulante	circulante	não circulante	líquido
TC Radio	99,99%	159	-	-	-	159
TC Matrix	100,00%	115	282	451	-	(54)
TC Mover & School	100,00%	-	10	1	-	9
TC Gestão	100,00%	-	-	-	-	-
Abalustre	100,00%	20	-	1	-	19
FL Journal	100,00%	18	-	25	-	(6)
RI Prisma	100,00%	1.761	79	396	-	1.443
Economática	100,00%	6.034	2.714	3.971	-	4.777
TC Sfoggia	56,00%	4.031	-	4.684	-	(652)
TC Cripto	100,00%	236	-	1	-	235
TC Advisory	100,00%	830	-	266	-	565
Pandhora	100,00%	924	91	3.289	-	(2.274)
TC Holding financeira	100,00%	6	-	-	-	6
TC Assessor	99,99%	44	-	662	-	(618)
TC Stardesk	51,00%	130	-	448	-	(318)

ii) Consolidado

	% Participação	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	Outros	Saldo em 31/12/2023
DXA (a)	20,00%	17.967	(1.371)	-	-	16.596
InvestAI (b)	20,00%	2.886	(208)	-	-	2.678
Arko Advice (c)	20,34%	18.745	1.137	(2.004)	112	17.990
Arko Digital (d)	15,00%	5.345	236	(180)	(204)	5.197
Galicia (e)	5,00%	2.000	-	-	-	2.000
Total		46.943	(206)	(2.184)	(92)	44.461

- (a) A Companhia celebrou contrato de investimento com a DXA Investments Holding Ltda., no valor de R\$ 20.000, para a compra de 20% de participação na DXA Gestão de Investimentos Ltda. O contrato de investimento possibilita à Companhia aumentar a sua participação na Plataforma através da aquisição de novos usuários advindos do TC, o que potencialmente pode levá-la a assumir uma posição majoritária na DXA.
- (b) A Companhia adquiriu uma participação de 20% na InvestAI, no montante de R\$ 3.128. Com a aquisição, o TC avança em outras classes de ativos, diversificando ainda mais a sua plataforma, oferecendo renda fixa, renda variável, derivativos, fundos de investimento imobiliários, criptoativos, dentre outros.
- (c) A Companhia adquiriu participação de 20,34% na empresa Arko Advice para ter sinergia com empresas do grupo com análises de mercado.
- (d) A Companhia adquiriu participação de 15% na empresa Arko Digital para ter sinergia com empresas do Grupo com análises de mercado. O contrato de investimento prevê um pagamento adicional de até R\$ 3.000 se determinadas metas de faturamento forem atingidas e os sócios permanecerem como administradores até o 36º mês contado a partir da assinatura do contrato. O pagamento adicional não alterará o total de participação.
- (e) A Companhia adquiriu participação de 5% na empresa Galicia Educação S.A. para ter sinergia com os negócios do grupo e a oportunidade de expandir para o segmento educacional, explorando novos nichos de atuação como certificações, cursos profissionalizantes, graduações, MBAs digitais, além de proporcionar uma expansão da base de clientes.



Sumário das Informações contábeis das coligadas em 31 de dezembro de 2023:

	% Participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
DXA	20,00%	10.468	4.850	417	1.307	13.594
InvestAi	20,00%	681	10	88	0	603
Arko Advice	20,34%	11.342	4.002	9.063	4.413	1.868
Arko Digital	15,00%	3.030	4.996	1.240	0	6.786

13. Imobilizado

a) Conciliação do valor contábil

i) Controladora

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso	Total
Custo de aquisição					
Em 31 de dezembro de 2022	2.026	10.830	6.216	9.745	28.817
Remensuração de contrato (IFRS16)	-	-	-	161	161
Baixas	(8)	(213)	(403)	-	(624)
Adições	59	65	858	-	982
Em 31 de dezembro de 2023	2.077	10.682	6.671	9.906	29.336
Depreciação acumulada					
Em 31 de dezembro de 2022	(378)	(3.247)	(2.717)	(6.410)	(12.752)
Depreciação	(204)	(1.991)	(1.911)	(3.078)	(7.184)
Baixas	-	-	186	-	186
Em 31 de dezembro de 2023	(582)	(5.238)	(4.442)	(9.488)	(19.750)
Valor contábil, líquido					
Em 31 de dezembro de 2022	1.648	7.583	3.499	3.335	16.065
Em 31 de dezembro de 2023	1.495	5.444	2.229	418	9.586

ii) Consolidado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso	Total
Custo de aquisição					
Em 31 de dezembro de 2022	2.069	11.394	6.357	9.745	29.565
Remensuração de contrato (IFRS16)	-	-	-	161	161
Adições	85	235	859	-	1.179
Baixas	(34)	(383)	(545)	-	(962)
Em 31 de dezembro de 2023	2.120	11.246	6.671	9.906	29.943
Depreciação acumulada					
Em 31 de dezembro de 2022	(392)	(3.495)	(2.741)	(6.410)	(13.038)
Depreciação	(217)	(2.138)	(1.913)	(3.078)	(7.346)
Baixas	2	30	222	-	254
Em 31 de dezembro de 2023	(607)	(5.603)	(4.432)	(9.488)	(20.130)
Valor contábil, líquido					
Em 31 de dezembro de 2022	1.677	7.899	3.616	3.335	16.527
Em 31 de dezembro de 2023	1.513	5.643	2.239	418	9.813



14. Intangível

a. Conciliação do valor contábil

i) Controladora

	Softwares	Software em desenvolvimento	Marcas e patentes	Ágio	Intangíveis cursos	Licenças de uso	Total
Custo de aquisição							
Em 31 de dezembro de 2022	33.565	33.092	265	55.327	2.520	779	125.548
Adições	2.791	7.938	11	-	-	-	10.740
Reclassificação	28.638	(28.638)	-	-	-	-	-
Baixas	(6.030)	(5.416)	-	(678)	-	-	(12.124)
Impairment	(18.810)	-	-	(48.304)	-	-	(67.114)
Em 31 de dezembro de 2023	40.154	6.976	276	6.345	2.520	779	57.050
Amortização acumulada							
Em 31 de dezembro de 2022	(10.323)	-	-	-	(1.470)	(94)	(11.887)
Amortização	(14.582)	-	-	-	(1.050)	(156)	(15.788)
Em 31 de dezembro de 2023	(24.905)	-	-	-	(2.520)	(250)	(27.675)
Valor contábil líquido							
Em 31 de dezembro de 2022	23.242	33.092	265	55.327	1.050	685	113.661
Em 31 de dezembro de 2023	15.249	6.976	276	6.345	-	529	29.375

ii) Consolidado

	Softwares	Software em desenvolvimento	Marcas e patentes	Carteira de cliente	Marca	Intangíveis cursos	Licenças de uso	Não concorrência	Ágio	Total
Custo de aquisição										
Em 31 de dezembro de 2022	40.301	33.092	265	8.277	10.108	2.520	778	2.156	97.459	194.956
Adições	2.791	10.484	11	-	-	-	-	-	-	13.286
Reclassificação	28.878	(28.878)	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(6.030)	(5.416)	-	-	-	-	-	-	-	(11.446)
Impairment	(18.810)	-	-	-	-	-	-	-	(56.555)	(75.365)
Em 31 de dezembro de 2023	47.130	9.282	276	8.277	10.108	2.520	778	2.156	40.904	121.431
Amortização acumulada										
Em 31 de dezembro de 2022	(10.518)	-	-	(841)	-	(1.470)	(93)	(130)	-	(13.052)
Amortização	(14.961)	-	-	(673)	-	(1.050)	(156)	(595)	-	(17.435)
Em 31 de dezembro de 2023	(25.479)	-	-	(1.514)	-	(2.520)	(249)	(725)	-	(30.487)
Valor contábil líquido										
Em 31 de dezembro de 2022	29.783	33.092	265	7.436	10.108	1.050	685	2.026	97.459	181.904
Em 31 de dezembro de 2023	21.651	9.282	276	6.763	10.108	-	529	1.431	40.904	90.944



Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio

O Grupo testa, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. O último teste havia sido realizado em 31 de dezembro de 2022, porém a Administração realizou o teste de *impairment* na mesma data para o exercício corrente, ou seja, em 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor recuperável das UGCs foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Anualmente a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 6 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023 item h (i). Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração.

I. UGC SENCON:

Uma perda por *impairment* de R\$ 48.304 foi reconhecida em relação a UGC Sencon durante o exercício 2023, resultando na baixa do valor contábil da UGC para seu valor recuperável.

Para a apuração do valor justo da UGC foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 19,18%a.a., taxa de desconto de 16,12%, na perpetuidade foi considerado crescimento de 5% adicionado de um crescimento real de 2% e inflação no final do período de 3%.

A Sencon teve um ano extremamente desafiador em 2023, assim como todas os serviços que atendem o mercado de renda variável no Brasil. Apesar da bolsa ter alcançado um número de pontos superior em 2023 em relação a 2022, conforme podemos ver abaixo os índices de renda variável em sua grande maioria caíram em 2023. Houve também um desafio de troca de liderança dentro de 2023, que já foi superado.

AÇÕES E INSTRUMENTOS DE RENDA VARIÁVEL				
		2023	2022	2023/2022 (%)
Ações à vista	ADTV (R\$ milhões)	25.018	29.552	-15,3%
	Margem (bps)	3,304	3,377	-0,073 bps
Capitalização de mercado média	(R\$ bilhões)	4.260	4.494	-5,2%
Ciro de mercado	Anualizado (%)	165,6%	164,4%	-1874 bps
Opções sobre ações e índices	ADTV (R\$ milhões)	649	824	-21,3%
	Margem (bps)	12,144	12,493	-0,349 bps
Termo de ações	ADTV (R\$ milhões)	280	282	-0,7%
	Margem (bps)	5,455	7,765	-2,310 bps
Futuro de índice de ações	ADV (milhares de contratos)	3,262	3,511	-7,1%
	RPC média (R\$)	0,962	0,912	5,5%
Número de investidores (CPF's individuais)	Média (milhares)	5,118	4,463	14,7%
Nº de contas na depositária (total)		5.986	5.288	13,2%
Empréstimo de títulos	Pos. em aberto média (R\$ bil)	127	113	12,3%
	Taxa Doador Média (% a.a.)	1,229%	1,597%	-37 bps

Nota: ADTV (Average Daily Traded Volume) significa volume financeiro médio diário negociado; ADV (Average Daily Volume) significa volume médio diário; RPC (Revenue per Contract) significa receita por contrato; e bps (basis points) significa pontos base.

Fonte: Relatório Anual B3

Além disto, com o amadurecimento do negócio no mercado, houve a entrada de novos concorrentes, além da oferta de alguns players DTVMs (Corretoras) que começaram a ofertar estes serviços para seus clientes.



II. UGC ECONOMATICA

Não foi reconhecido perda referente a essa UGC durante o exercício 2023, o valor justo da UGC superou o Carrying amount, estando o valor contábil da UGC já representando o seu valor recuperável.

Para a apuração do valor justo da UGC foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 5,83% a.a., taxa de desconto de 15,28%, na perpetuidade foi considerado crescimento de 5% adicionado de um crescimento real de 2% e inflação no final do período de 3%.

III. UGC SFOGGIA

Uma perda por *impairment* de R\$ 2.658 foi reconhecida em relação a UGC SFOGGIA durante o exercício 2023, resultando na baixa do valor contábil da UGC para seu valor recuperável.

Para a apuração do valor justo da UGC foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 19,59% a.a., taxa de desconto de 17,18%, na perpetuidade foi considerado crescimento de 5% adicionado de um crescimento real de 2% e inflação no final do período de 3%.

IV. UGC RI PRISMA

Não foi reconhecido perda referente a essa UGC durante o exercício 2023, o valor justo da UGC superou o Carrying amount, estando o valor contábil da UGC já representando o seu valor recuperável.

Para a apuração do valor justo da UGC foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 9,32% a.a., taxa de desconto de 15,28%, na perpetuidade foi considerado crescimento de 5% adicionado de um crescimento real de 2% e inflação no final do período de 3%.

V. UGC PANDHORA

Uma perda por *impairment* de R\$ 5.592 foi reconhecida em relação a UGC Pandhora durante o exercício 2023, resultando na baixa do valor contábil da UGC para seu valor recuperável.

Para a apuração do valor justo da UGC foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 10,54% a.a., taxa de desconto de 15,28%, na perpetuidade foi considerado crescimento de 5% adicionado de um crescimento real de 2% e inflação no final do período de 3%.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar (i)	333	973	569	1.271
Provisão de férias e 13º salário	496	1.244	878	1.683
IRRF s/ folha a recolher	-24	447	63	701
INSS a recolher	166	548	299	719
Outros	95	135	124	174
Total (ii)	1.066	3.347	1.933	4.548

(i) Para 31 de dezembro de 2023 uma parte dos salários foram pagos dentro do próprio mês.

(ii) A diminuição das obrigações sociais e trabalhistas foi motivado pela redução do quadro de colaboradores da Companhia e de suas controladas.



16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ISS a recolher	54	94	184	192
PIS e COFINS a recolher	40	4	254	98
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	404	739
ICMS – DIFAL	1	-	1	-
Impostos retidos		183	-	202
Total	95	281	843	1.231

17. Imposto de renda e contribuição social

Abaixo apresentamos a reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Apuração pelo Lucro Real		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(207.960)	(97.320)
(+) Adições (i)	222.925	135.908
(-) Exclusões (ii)	(87.714)	(90.829)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(72.749)	(52.241)
Despesa com IRPJ e CSLL – Corrente	-	-
Despesa com IRPJ e CSLL – Diferido		15.061
Total – Despesa de Imposto de renda e contribuição social	-	15.061

Taxa efetiva (I)/(II)	(-)	(-)
------------------------------	------------	------------

- (i) As adições são substancialmente compostas por perdas estimadas na avaliação de ativos de R\$ 122.198, variação de derivativos de proteção cambial de R\$ 37.333, variação cambial de Ativos Financeiros de R\$ 18.486, variação SWAP de R\$ 17.377, equivalência patrimonial de R\$ 10.703, amortização de mais-valia de R\$ 8.958 e R\$ 7.870 de outras despesas;
- (ii) As exclusões são substancialmente compostas por variação de derivativos de proteção cambial de R\$ 36.533, variação cambial de Ativos Financeiros de R\$ 26.555, variação SWAP de R\$ 4.601, equivalência patrimonial de R\$9.724, amortização arrendamento R\$ 3.874 outras exclusões de R\$ 6.427.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há alíquota efetiva devido há base tributária estar negativa.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Apuração pelo Lucro Real		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(203.745)	(94.371)
(+) Adições (i)	217.727	135.908
(-) Exclusões (ii)	(88.249)	(90.829)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(74.267)	(49.292)
Despesa com IRPJ e CSLL – Corrente	(4.961)	(2.663)
Despesa com IRPJ e CSLL – Diferido	(35.111)	15.061
Total – Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(40.072)	12.398
Taxa efetiva (I)/(II)	(-)	(-)



- (i) As adições são substancialmente compostas por perdas estimadas na avaliação de ativos de R\$ 122.198, variação de derivativos de proteção cambial de R\$ 37.333, variação cambial de Ativos Financeiros de R\$ 18.486, variação SWAP de R\$ 17.377, equivalência patrimonial de R\$2.250, amortização de mais-valia de R\$ 8.958 e R\$ 11.125 de outras despesas;
- (ii) As exclusões são substancialmente compostas por variação de derivativos de proteção cambial de R\$ 36.533, variação cambial de Ativos Financeiros de R\$ 26.555, variação SWAP de R\$ 4.601, equivalência patrimonial de R\$2.456, amortização arrendamento R\$ 3.874 outras exclusões de R\$ 14.230.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há alíquota efetiva devido há base tributária estar negativa.

Abaixo apresentamos a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Controladora	
31/12/2023	31/12/2022
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	- 29.625
Amortização de intangível (mais valia) – combinação de negócios	- 3.107
Variação cambial não realizada	- 2.502
Outras provisões	- 68
Total – Impostos de renda e contribuição social ativo diferido – não circulante	- 35.302

Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	- 29.625
Amortização de intangível (mais valia) – combinação de negócios	- 3.107
Variação cambial não realizada	- 2.502
PECLD	191 -
Outras provisões	- 68
Total – Impostos de renda e contribuição social ativo diferido – não circulante	191 35.302

A seguir, está descrita a movimentação no resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Controladora	
31/12/2023	31/12/2022
Início do exercício	35.302 20.241
Redução ao valor realizável	(35.302) 1.249
Amortização de intangível (mais valia) – combinação de negócios	- 3.107
Variação cambial não realizada	- 2.774
Variação Hedge	- (272)
Pagamento de ações restritas	- 196
Variação do Swap	- 7.939
Outras provisões	- 68
Final do exercício	- 35.302



	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Início do exercício	35.302	20.241
Redução ao valor realizável	(35.302)	1.249
Amortização de intangível (mais valia) – combinação de negócios	-	3.107
Variação cambial não realizada	-	2.774
Variação Hedge	-	(272)
Pagamento de ações restritas	-	196
Variação do SWAP	-	7.939
PECLD	191	-
Outras provisões	-	68
Final do exercício	191	35.302

A Companhia, com base em projeções de resultados tributáveis de exercícios futuros, estima recuperar os ativos fiscais diferidos, incluindo os créditos tributários decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, nos seguintes exercícios:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
2026	-	178
2027	-	2.211
2028	-	5.099
2029	-	5.710
2030	-	6.466
2031	-	7.327
2032	-	8.311
Total do ativo fiscal diferido	-	35.302

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2026	191	178
2027	-	2.211
2028	-	5.099
2029	-	5.710
2030	-	6.466
2031	-	7.327
2032	-	8.311
Total do ativo fiscal diferido	191	35.302

Adicionalmente a Companhia possui ativos fiscais diferidos não constituídos decorrentes de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, no montante acumulado de R\$ 123.104 em 31 de dezembro de 2023.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, de acordo com a lei 12.973/2014.



18. Passivo de contrato

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos de clientes (serviços a prestar) (i)	3.422	2.796
Total	3.422	2.796

- (i) Os saldos de adiantamentos de clientes (serviços a prestar), referem-se aos contratos de prestação de serviços firmados até a data-base destas demonstrações contábeis, com a obrigação de prestação subsequente (período seguinte) dos serviços, conforme previsto nos termos contratuais, decorrente do recebimento financeiro ter ocorrido de forma antecipada ao reconhecimento da receita.

19. Arrendamentos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos (Circulante)	547	3.489
Arrendamentos (Não circulante)	-	506
Total	547	3.995

O Grupo arrenda imóveis administrativos ("arrendamento de imóveis") para consecução de suas atividades operacionais. Esses arrendamentos normalmente duram 3 anos, sem opção de renovação automática do arrendamento após este período.

Os pagamentos de arrendamento são reajustados com base nos acordos contratuais, para refletir os valores de mercado.

Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2).

As informações sobre arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas abaixo:

(i) Ativos de direito de uso

Controladora e Consolidado	
Saldo em 31/12/2021	7.330
Adição	1.034
Despesa de depreciação do período	(3.883)
Baixa de arrendamento	(1.146)
Saldo em 31/12/2022	3.335
Remensuração de contrato	161
Despesa de depreciação do período	(3.078)
Saldo em 31/12/2023	418

O Grupo não possui arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor reconhecidos como despesa.

(ii) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxa média de 12,8% a.a. em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, sendo esta taxa a que melhor reflete o ambiente econômico do Grupo para a aquisição de um ativo em condições semelhantes. Os valores das prestações não descontadas e respectivos encargos financeiros futuros dos arrendamentos estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamento de imóveis	558	4.264
(-) Encargos financeiros futuros	(11)	(269)
Valor presente dos arrendamentos de imóveis	547	3.995
Curto prazo	547	3.489
Longo prazo	-	506

A movimentação do arrendamento é conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	3.995	8.025
Remensuração de contrato	161	1.034
Juros incorridos	266	701
Baixas	-	(1.067)
Pagamento de principal e juros	(3.875)	(4.698)
Saldo final	547	3.995

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamento encontra-se conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	3.489
2024	547	506
Passivo circulante e não circulante	547	3.995

(iii) Potencial direito de PIS e COFINS

O indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados abaixo:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor Nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	(3.875)	(3.092)	(4.698)	(3.998)
PIS/COFINS potencial (9,25%)	358	286	435	370

(iv) Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários na comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGP-M média futura ao ano, para 3 anos, de 3,64% a.a., representam os seguintes montantes:

Controladora e Consolidado					
Direito de uso			Passivo de arrendamento		
Fluxo real	31/12/2023	31/12/2022	Fluxo real	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso	418	3.335	Passivo de arrendamento	547	3.995
Depreciação	(3.078)	(3.309)	Despesa financeira	(266)	(701)

Fluxo inflacionado			Fluxo inflacionado		
31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	
Direito de uso	450	3.594	Passivo de arrendamento	586	5.008
Depreciação	(3.318)	(3.565)	Despesa financeira	(335)	(832)

20. Outras contas a pagar e dividendos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar Combinação de negócios (i)	10.217	10.680	10.217	10.680
Outras contas a pagar (ii)	3.650	2.916	5.328	3.237
Outras contas a pagar - partes relacionadas	14	-	19	-
Ações restritas (iv)	643	322	643	317
Subtotal	14.524	13.918	16.207	14.234
Dividendos a pagar (iii)	-	-	-	711
Total	14.524	13.918	16.207	14.945

- (i) Do saldo em aberto, R\$ 9.261 referem-se a contas a pagar pela aquisição da Pandhora. O restante do saldo trata-se de *earn-out* devido pela aquisição do TC Cripto e Arko Advice.
- (ii) Referem-se a contas a pagar a prestadores de serviços e outras contas a pagar. O aumento apresentado no montante a pagar é decorrente de *signing* bônus na contratação de prestadores de serviços para produção e participação de conteúdo.
- (iii) Refere-se a destinação de dividendos de controladas conforme artigo 202 da Lei 6.404.
- (iv) Trata-se do saldo outorgado de ações restritas, como forma de remuneração de prestadores de serviços pessoa jurídica, a ser liquidado em caixa após o cumprimento do período de elegibilidade, conforme divulgado na nota explicativa 23.

21. Provisões para contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das suas operações.

Com base em informações de seus assessores jurídicos e análise de demandas judiciais, em 31 de dezembro de 2023 o Grupo provisionou o montante de R\$ 2.470 referente a processos cuja expectativa de perda foi classificada como provável. (R\$ 225 em 31 de dezembro de 2022).

Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos do Grupo e classificados com risco de perda possível, no montante de R\$ 136 (R\$ 436 em 31 de dezembro de 2022), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Portanto, não foi identificado nenhum impacto de resultado, nem de divulgação relacionado a este tema.



22. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Sfoggia Tax Tech Consultoria Ltda (i)	4.616	4.180	-	-
Arko Advice (ii)	-	33	-	33
Matrix (i)	32	25	-	-
Pandhora (i)	2.909	296	-	-
Riweb	26	-	-	-
Economatica	2.321	-	-	-
TC Stardesk	553	-	-	-
TC AAI	425	-	-	-
Dividendos a receber	188	-	188	-
Sócios	-	-	-	4.200
Outros	14	-	-	-
Total	11.084	4.534	188	4.233

(i) A Companhia, no entendimento da plena integração das suas operações com suas investidas, realiza transações de repasse de caixa, como parte do seu plano de negócios, buscando sempre minimizar o custo de suas captações.

(ii) Dividendos a receber.

a) Operações com o pessoal chave da administração

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração encontra-se abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Sócios-Diretores Benefícios de curto prazo	1.719	2.250
Pagamento baseado em ações	157	-
Total	1.876	2.250

23. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 29 de setembro de 2022, foi aprovado no Conselho de Administração da Companhia, o cancelamento de 1.500.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, contra sua reserva de capital, passando o capital social da Companhia para 280.147.138 (duzentos e oitenta milhões, cento e quarenta e sete mil, cento e trinta e oito) ações ordinárias.

O capital social da Companhia em 31 dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 é assim composto:

Ações Ordinárias	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de quotas	Participação %
Acionistas controladores	182.642.967	65,20	185.062.960	66,06
Administradores	19.784.460	7,06	13.360.867	4,77
Total	202.427.427	72,26	198.423.827	70,83
Ações em tesouraria	4.711.649	1,68	189.202	0,07
Ações em circulação (Free Float)	73.008.062	26,06	81.534.109	29,1
Total	77.719.711	27,74	81.723.311	29,17
Quantidade de ações	280.147.138	100,00	280.147.138	100,00
Total Capital Nominal (R\$ mil)	623.440		623.440	
Gastos com emissões de ações	(42.276)		(42.276)	
Total Capital Social	581.164		581.164	



A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 600.000.000 (seiscentos milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia e independentemente de reforma estatutária, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de subscrição e integralização das ações emitidas.

b. Reserva de capital

A reserva de capital representa o valor justo de ações emitidas pela Companhia que excedeu o valor de emissão registrado como capital social, bem como valor de contraprestação transferida em aquisição de investida, ágio na venda de ações em tesouraria e plano de remuneração baseado em ações. Durante o exercício findo em 2022, teve as seguintes movimentações: (i) cancelamento da quantidade 1.500.000 ações no valor de R\$ (10.117); (ii) R\$ (802) referente a diferença entre a baixa do custo das ações em tesouraria dadas como parte da contraprestação da aquisição da Pandhora e o valor justo das ações do TC, precificado em R\$ 3,766, definido conforme média simples dos pregões realizados entre as datas de 30 de setembro de 2022 e 14 de outubro de 2022; e (iii) R\$ 254 referente aos efeitos do reconhecimento de remuneração baseada em ações, conforme item (f) desta nota explicativa.

Durante o exercício findo em 2023, teve as seguintes movimentações: R\$ 15 referente aos efeitos do reconhecimento de remuneração baseada em ações. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de capital era de R\$ 25.960.

c. Ações em tesouraria

- i) Em 29 de setembro de 2022 o Conselho de Administração da Companhia ratificou o cancelamento antecipado do programa de recompra de ações da Companhia, aprovado em 21 de setembro de 2021 e alterado em 15 de novembro de 2021, bem como aprovou o encerramento antecipado, com efeitos a partir de 29 de setembro de 2022, do programa de alienação de ações da Companhia, aprovado em 16 de maio de 2022. Ainda, foi aprovado o cancelamento de 1.500.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, contra a reserva de capital da Companhia;
- ii) Em 19 de Outubro de 2022, na transação que envolveu a aquisição de 100% das quotas da Pandhora, parte da contraprestação foi realizada por meio de ações em tesouraria do TC S.A., no montante de 299.998 ações. O valor justo atribuído a tais ações foi obtido pela média simples de cotações na B3 e resultou no valor de R\$ 3,76 por ação, perfazendo um total de R\$ 1.128, registrado na rubrica de reserva de capital. Remanescem em tesouraria, com lastro na reserva de capital, 189.202 ações. Não houve qualquer redução ou alteração na cifra do capital social.
- iii) Em 8 de novembro de 2023 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a recompra de 895.000 ações da própria emissão da Companhia, TRAD3, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital.
- iv) Em 7 de dezembro de 2023 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o novo programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia ("Programa de Recompra") de 3.672.000 ações para manutenção em tesouraria. O propósito deste programa é permitir que a Companhia possa reduzir o custo financeiro das operações de TRS (Total Return Swap) vigentes. O valor total gasto na transação foi obtido pela da média simples de cotações na B3 e resultou no valor de R\$ 0,90 por ação, perfazendo um total de R\$ 3.288. Remanescem em tesouraria, com lastro na reserva de capital, 4.711.649 ações. Não houve qualquer redução ou alteração na cifra do capital social.

a. Reserva Legal

A Reserva legal é constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, limitados a 20% do capital social, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente.



No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, essa reserva foi integralmente consumida pelo prejuízo do exercício, remanescendo sem saldo em 31 de dezembro de 2023.

b. Reservas de lucros

Conforme aprovado no Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido apurado no exercício, serão deduzidos, antes de qualquer destinação: **(a)** 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento), conforme a Lei das S.A.; **(b)** 5% (cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório; e **(c)** o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral podendo ser aplicada na formação da reserva de lucros estatutária, que tem por fim reforçar o capital de giro da Companhia e financiar a manutenção, expansão e desenvolvimento de novos projetos e das demais atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, incluindo por meio de subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos. Essa reserva estatutária não poderá ultrapassar o total do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, essa reserva foi integralmente consumida pelo prejuízo do exercício, remanescendo sem saldo em 31 de dezembro de 2023.

e. Distribuição de resultados

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 5% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda.

O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

f. Remuneração baseada em ações

Aprovação do Plano de Outorga de Opções e plano de Outorga de ações restritas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, foi aprovado o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão do TC S.A. ("Plano"), com sua eficácia condicionada ao registro de Companhia Aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ao início das negociações das ações da Companhia no segmento especial de listagem da Brasil, Bolsa e Balcão – B3, o Novo Mercado. Apenas após satisfeitas essas condições, poderão ser elaborados os programas que irão disciplinar a outorga de opções de compra aos administradores da Companhia. Até 31 de dezembro de 2023, não havia nenhum programa vigente de outorga de opções.

Principais características do Plano – Opções de ações

De acordo com o Plano, são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia as pessoas naturais que atuem como executivos, membros do Conselho de Administração, diretores estatutários e não estatutários, gerentes, supervisores, colaboradores e empregados da Companhia e de suas controladas e que, por serem considerados pessoas chave no desenvolvimento dos negócios da Companhia e das controladas, conforme vierem a ser escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia ou comitê especial criado para a administração do Plano para recebimento das opções.

O Conselho de Administração da Companhia ou o Comitê, conforme o caso, poderá criar Programas de Opção de Compra de Ações, nos quais constarão as condições específicas quanto aos Participantes, o número total de ações da Companhia objeto da outorga, a divisão da outorga em lotes e as respectivas regras específicas de cada lote, inclusive o preço de exercício e os prazos para exercício da opção.



Os objetivos do Plano são: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores, empregados e colaboradores da Companhia e de suas controladas, por meio da participação em conjunto com os demais acionistas da valorização das ações bem como dos riscos a que a Companhia está sujeita; e (c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores, colaboradores e empregados que sejam considerados pessoas chave, oferecendo-lhes a possibilidade de, nos termos e condições previstos no Plano, se tornarem acionistas da Companhia.

As Opções outorgadas nos termos do Plano, considerando todos os Programas, poderão conferir aos Participantes direitos de aquisição sobre um número de Ações que não exceda 5% do capital social e o limite do capital autorizado da Companhia, observado ainda o limite de 1% do capital social por exercício social. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) alienar privadamente ao Participante ações mantidas em tesouraria.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme aplicável, aprovará as outorgas de opções por meio dos Programas. Quando do lançamento de cada Programa, a Companhia celebrará com cada Participante um Contrato de Opção, que definirá pelo menos as seguintes condições: (i) o número de ações que o Participante terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço de exercício, de acordo com os termos do Programa; (ii) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão; (iii) eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; e (iv) quaisquer outros termos e condições, em consonância com o Plano e com o respectivo Programa.

O preço de exercício de cada uma das Opções outorgadas, a ser expressamente inserido em cada Contrato de Opção, corresponderá à média das cotações das ações da Companhia, ponderada pelo volume, nos 30 pregões da B3 anteriores à data de assinatura do Contrato de Opção, com a aplicação, sobre esse valor, de um desconto de, no máximo, 20%, sem qualquer tipo de correção ou atualização ("Preço de Exercício"). O exercício das opções deverá ser realizado dentro do período de 90 dias contados do fim do prazo de carência estabelecido nos termos do Plano. No caso de opções outorgadas sem prazo de carência, o prazo de exercício será contado da data de celebração do Contrato de Opção.

Os Programas e os Contratos de Opção também deverão prever que, na hipótese de desligamento do Participante durante o período de restrição, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar a totalidade das ações de titularidade do Participante sujeitas ao período de restrição, pelo valor equivalente ao Preço de Exercício, atualizado pela SELIC, com um desconto de 20% ou o valor da cotação das ações na data de exercício da recompra pela Companhia, o que for menor, nos termos do Plano.

Na hipótese de desligamento do participante, salvo por força de falecimento ou invalidez permanente, a totalidade das opções não exercidas, mesmo aquelas cujo prazo de carência haja sido consumado, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Principais características do Plano – Ações restritas RSU

O Plano tem por objetivo permitir a outorga do direito ao recebimento de Ações aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (i) estimular a expansão, geração de valor, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades por ela controladas; (ii) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses da Companhia e dos seus acionistas; e (iii) estimular a permanência dos empregados na Companhia ou em suas Controladas.



Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, Ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano. O preço de exercício de cada uma das Opções outorgadas, a ser expressamente inserido em cada Contrato de Opção, corresponderá à média das cotações das ações da Companhia, ponderada pelo volume, nos 30 pregões da B3 anteriores à data de assinatura do Contrato.

As ações outorgadas aos beneficiários serão divididas em 4 (quatro) lotes, (sendo cada um deles um "Lote"), e poderão ser exercidas desde que cumpridas as condições previstas (i) No fim do período de elegibilidade, varia entre 4 e 12 meses, 25% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário (ii) No décimo segundo mês após a elegibilidade (primeiro período de vesting), 50% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário (iii) No vigésimo quarto mês após a elegibilidade 75% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário e (iv) No trigésimo sexto mês após a elegibilidade 100% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário.

Caso o beneficiário não tenha cumprido com seu período de elegibilidade, a totalidade de suas ações será automaticamente extinta de pleno direito, sem qualquer direito de indenização ou ônus para companhia.

Na hipótese de desligamento do participante, o direito ao recebimento das Ações Objeto nos termos do Plano será automaticamente extinto, sem direito a qualquer indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, nos seguintes casos: (a) mediante o distrato do Contrato por mútuo acordo; (b) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (c) nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário, nos seguintes termos caso o Beneficiário seja Desligado do cargo exercido na Companhia por vontade da Companhia, sem Justo Motivo, serão adotados os seguintes critérios: (i) as Ações Adquiridas e as Ações Não Adquiridas Antecipadas existentes na data do Desligamento, conforme aplicável, serão Transferidas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do Desligamento; e (ii) as Ações Não Adquiridas na data do Desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Plano de outorga de ações restritas – RSU

	31/12/2023		
	Número de ações	Preço médio ponderado	Total (valores apresentados em Reais)
Em circulação no início do exercício	252.000	4,62	1.164.240
Outorgadas durante o exercício (1)	44.000	1,77	77.931
Canceladas durante o exercício (2)	(231.000)	4,24	(979.440)
Em circulação no final do exercício	65.000	4,04	262.731

(1) Quantidade de ações outorgadas, sendo a sua liquidação realizada por meio de ações da Companhia, tendo como contrapartida o patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital

(2) Cancelamento decorrente de desligamento de funcionários.

As outorgas de ações restritas têm as seguintes datas de vencimento:

Quantidade de ações	Data de vencimento
45.000	2026
20.000	2027
65.000	



Critérios de mensuração do valor justo

O valor médio das ações foi calculado com base na média ponderada do preço das ações de emissão da Companhia apurado ao fim dos últimos 30 pregões anteriores ao fim do período de elegibilidade.

Plano de Outorga de remuneração de prestação de serviços com remuneração atrelada a Ações.

Em reunião do conselho de administração realizada em 09 de novembro de 2022, foi aprovado o Plano de Outorga de remuneração de prestação de serviços com remuneração atrelada a Ações da Companhia.

Principais características do Plano - Outorga de remuneração de prestação de serviços com remuneração atrelada a Ações.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga do direito ao recebimento de Ações aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (i) estimular a expansão, geração de valor, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades por ela controladas; (ii) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses da Companhia e dos seus acionistas; e (iii) estimular a permanência dos terceiros na Companhia ou em suas Controladas.

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, Ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano. O preço de exercício de cada uma das Opções outorgadas, a ser expressamente inserido em cada Contrato de Opção, corresponderá à média das cotações das ações da Companhia, ponderada pelo volume, nos 30 pregões da B3 anteriores à data de assinatura do Contrato.

As ações outorgadas aos beneficiários serão divididas em 4 (quatro) lotes, (sendo cada um deles um "Lote"), e poderão ser exercidas desde que cumpridas as condições previstas (i) No fim do período de elegibilidade, varia entre 4 e 12 meses, 25% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário (ii) No décimo segundo mês após a elegibilidade (primeiro período de vesting), 50% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário (iii) No vigésimo quarto mês após a elegibilidade 75% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário e (iv) No trigésimo sexto mês após a elegibilidade 100% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário.

Caso o beneficiário não tenha cumprido com seu período de elegibilidade, a totalidade de suas ações será automaticamente extinta de pleno direito, sem qualquer direito de indenização ou ônus para companhia.

Na hipótese de desligamento do participante, o direito ao recebimento das Ações Objeto nos termos do Plano será automaticamente extinto, sem direito a qualquer indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, nos seguintes casos: (a) mediante o distrato do Contrato por mútuo acordo; (b) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (c) nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário, nos seguintes termos caso o Beneficiário seja Desligado do cargo exercido na Companhia por vontade da Companhia, sem Justo Motivo, serão adotados os seguintes critérios: (i) as Ações Adquiridas e as Ações Não Adquiridas Antecipadas existentes na data do Desligamento, conforme aplicável, serão Transferidas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do Desligamento; e (ii) as Ações Não Adquiridas na data do Desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.



O plano poderá ser pago, total ou parcialmente, mediante uma das duas formas a seguir, cuja opção discricionária caberá única e exclusivamente à Companhia: (i) mediante a entrega de ações TRAD3, cujo número total será calculado mediante a divisão do Preço Performance pela média das cotações dos últimos 10 (dez) pregões anteriores à data de celebração do Contrato, ponderado pelo volume negociado; e/ou (ii) em moeda corrente nacional, em valor equivalente à multiplicação do número de ações TRAD3 que seriam entregues na correspondente data de pagamento pela média das cotações nos últimos 10 (dez) pregões anteriores à respectiva Data de Elegibilidade.

31/12/2023			
	Número de ações	Preço médio ponderado	Total
Em circulação no início do período	912.163	2,22	2.025.002
Outorgadas durante o período (1)	753.602	1,77	1.333.875
Canceladas durante o período (2)	(1.028.765)	2,64	(2.714.877)
Em circulação no final do período	637.000	0,89	644.000

(1) Quantidade de ações outorgadas, sendo contabilizado na rubrica de outras contas a pagar, devido ao pagamento destes beneficiários ser realizado em cash, apesar de o plano prever a possibilidade de pagamento por meio de ações, foi acordado entre as partes a liquidação dos valores em cash, dessa forma, os valores foram inicialmente trazidos ao seu valor justo e são atualizados ao seu valor justo a cada data de fechamento. Na data base estão registrados na rubrica de outras contas a pagar o montante de R\$ 644.

(2) Cancelamento decorrente de encerramento de contratos de prestação de serviços.

As ações restritas têm as seguintes datas de vencimento:

Quantidade de ações	Data de vencimento
467.000	2026
170.000	2027
637.000	

Critérios de mensuração do valor justo

O valor médio das ações foi calculado com base na média ponderada do preço das ações de emissão da Companhia apurado ao fim dos últimos 30 pregões anteriores ao fim do período de elegibilidade.



24. Receita

O Grupo gera receitas através das vendas de assinaturas e treinamentos para desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial, realizados através da plataforma (Web e App) do TC e através das atividades operacionais de suas controladas.

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações dos resultados:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita com serviços – B2C	24.323	60.503
Receita com serviços – B2B	3.708	3.053
Impostos sobre as receitas	(3.491)	(7.817)
Total	24.540	55.739

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita com serviços – B2C	26.347	61.572
Receita com serviços – B2B	33.447	30.602
Impostos sobre as receitas	(5.806)	(9.737)
Total	53.988	82.437



Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Assinaturas	As faturas para a venda de assinaturas são emitidas mensalmente e normalmente os clientes parcelam o pagamento via cartão de crédito em 12 parcelas mensais ou efetuam o pagamento a vista.	A receita é reconhecida ao longo do tempo pelo método linear desde a data de liberação do acesso até a data do vencimento da assinatura. Para os clientes que efetuam o pagamento a vista, o excedente recebido é registrado como passivo de contrato no passivo circulante.
Cursos e Treinamentos	Os clientes obtêm controle dos cursos e treinamentos quando seu acesso é disponibilizado na plataforma, podendo o cliente realizar o treinamento a qualquer momento e por prazo indeterminado. Os clientes parcelam o pagamento via cartão de crédito em 12 parcelas mensais ou efetuam o pagamento a vista. Todos os cursos oferecidos dão a possibilidade para o cliente de solicitar a devolução de seu pagamento em até 7 dias após a compra caso o cliente não se adapte à metodologia aplicada nos treinamentos.	A receita é reconhecida 7 dias após a liberação do acesso dos clientes aos treinamentos adquiridos.
Calculadora de Imposto de renda	Os clientes obtêm controle da calculadora quando seu acesso é disponibilizado na plataforma, podendo o cliente realizar o cálculo para o mês e CPF/CNPJ contratado a qualquer momento e por prazo indeterminado. Os clientes parcelam o pagamento via cartão de crédito em 12 parcelas mensais ou efetuam o pagamento a vista.	A receita é reconhecida após a liberação do acesso dos clientes a calculadora.
Assinaturas e Serviços Spot	A Prisma presta consultoria em RI para empresas de capital aberto, fechado ou gestoras de acordo com escopo definido em contrato e cobrado mensalmente. Os contratos incluem serviços de consultoria e produtos de tecnologia, como site de RI, CRM de RI, Webcast de resultados e Disparador de E-mail em massa. Além disso, vende serviços spot previstos em contrato e cobrados de acordo com a negociação efetuada com o cliente.	A receita é reconhecida ao longo do tempo pelo método linear de acordo com a prestação de serviço contratado.
Assinaturas Economática	Venda de serviços de base e consultoria de dados financeiros (ativos financeiros e fundos de investimento), do Brasil e países da América Latina, América Central e América do Norte (EUA). Os contratos são elaborados com prazos mensais, bimensais, trimestrais, semestrais e anuais de pagamento.	A receita é reconhecida ao longo do tempo pelo método linear desde a data de liberação do acesso até a data do vencimento da assinatura.
Gestão de Fundo e Taxa de performance	Captura da taxa de administração dos fundos baseada no estatuto dos fundos mensalmente, além da captura da taxa de performance dos fundos que contenham esse elemento em seus estatutos de forma semestral	A receita da taxa de gestão é reconhecida todo mês, de acordo com o que foi acordado com os cotistas no estatuto do fundo. A receita da taxa de performance é reconhecida semestralmente de acordo com o estatuto de cada fundo que tem taxa de performance



25. Custos e despesas por natureza

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados por terceiros	(24.260)	(46.988)
Serviços de marketing	(5.859)	(5.956)
Manutenção do sistema (plataforma)	(2.436)	(7.073)
Despesas de manutenção	(6.546)	(8.599)
Pessoal	(30.016)	(43.217)
Depreciação e amortização	(22.972)	(16.081)
Cursos e treinamentos	(202)	(958)
Ações restritas	(306)	(576)
Impairment	(75.364)	(2.740)
Valor Justo 2TM	(46.834)	-
Outras	(14.414)	(12.753)
Total (i)	(229.209)	(144.941)
Custo do serviço prestado	(27.352)	(34.610)
Despesas com vendas e marketing	(12.688)	(21.981)
Despesas gerais e administrativas	(60.034)	(82.907)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(129.135)	(5.443)
Total	(229.209)	(144.941)

- (i) O aumento foi motivado, majoritariamente, pelo resultado do *impairment* de algumas de suas controladas.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados por terceiros	(34.699)	(49.408)
Serviços de marketing	(6.066)	(6.625)
Manutenção do sistema (plataforma)	(5.399)	(10.514)
Despesas de manutenção	(6.546)	(8.599)
Pessoal (i)	(38.896)	(61.313)
Depreciação e amortização	(24.781)	(17.334)
Cursos e treinamentos	(277)	(1.087)
Ações restritas	(306)	(576)
Impairment	(75.364)	(2.740)
Valor Justo 2TM	(46.834)	-
Outras	(15.791)	(14.487)
Total (i)	(254.959)	(172.683)
Custo do serviço prestado	(39.888)	(43.444)
Despesas com vendas e marketing	(15.263)	(26.701)
Despesas gerais e administrativas	(70.917)	(96.406)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(128.891)	(6.132)
Total	(254.959)	(172.683)

- (i) O aumento foi motivado, majoritariamente, pelo resultado do *impairment* de algumas de suas controladas.



26. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	15.091	27.867
Descontos obtidos	1	1.415
Outras receitas financeiras	750	296
Variação Cambial	14.452	14.530
Ganhos com derivativos	3.345	43.456
Total da receita financeira	33.639	87.564
Despesa financeira		
IOF	(116)	(161)
Despesas bancárias	(3.050)	(47)
Juros passivo	(30)	(502)
Variação cambial	(14.799)	(22.753)
Juros sobre arrendamento	(266)	(701)
Pis/Cofins sobre receita financeira	(529)	(1.096)
(-) Perdas com derivativos	(17.561)	(66.005)
Total da despesa financeira	(36.351)	(91.265)
Resultado financeiro (i)	(2.712)	(3.701)

- (i) As receitas e despesas financeiras tiveram aumento pelo reconhecimento dos efeitos dos derivativos, conforme nota explicativa 27, bem como pelo registro da variação cambial, por competência, de Ativos Financeiros da Companhia.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	15.423	28.103
Descontos obtidos	3	1.416
Outras receitas financeiras	779	300
Variação Cambial	3.345	43.456
Ganhos com derivativos	14.450	14.530
Total da receita financeira	34.000	87.805
Despesa financeira		
IOF	(120)	(166)
Despesas bancárias	(3.216)	(95)
Juros passivo	(61)	(581)
Variação cambial	(14.796)	(22.749)
Juros sobre arrendamento	(266)	(701)
Pis/Cofins sobre receita financeira	(543)	(1.094)
(-) Perdas com derivativos	(17.561)	(66.005)
Outras despesas financeiras	(5)	(1)
Total da despesa financeira	(36.568)	(91.392)
Resultado financeiro (i)	(2.568)	(3.587)

- (i) As receitas e despesas financeiras tiveram aumento pelo reconhecimento dos efeitos dos derivativos, conforme nota explicativa 28, bem como pelo registro da variação cambial, por competência, de Ativos Financeiros da Companhia.



27. Resultado por ação

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
(Prejuízo) líquido do exercício - Controladora	(243.262)	(82.259)
Média ponderada da quantidade de ações do exercício (em unidades)	280.147.138	281.264.946
(Prejuízo) básico por ação ordinária	(0,868337)	(0,292461)

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o resultado e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não havia nenhum instrumento com efeito diluidor.

28. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

Após a aprovação pelo conselho de administração, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para e troca de resultados de fluxos financeiros futuros com liquidação exclusivamente financeira TRS (Total Return Swaps).

A finalidade da operação é aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

Foram vinculadas aplicações financeiras para garantia da operação (vide nota explicativa nº 7).



Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a posição desses contratos de SWAP é como segue:

Tipo	Moeda	Quantidade de ações	Ativo	Vencimento	Nocional – R\$	31/12/2023	31/12/2022
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	382.400	TRAD3 / CDI + 3%	06-abr-23	1.472	-	(798)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	500.000	TRAD3 / CDI + 3%	26-abr-23	2.501	-	(1.671)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	192.700	TRAD3 / CDI + 3%	24-abr-23	771	-	(431)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	887.000	TRAD3 / CDI + 3%	17-abr-23	3.550	-	(1.991)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	300.000	TRAD3 / CDI + 3%	10-abr-23	1.140	-	(608)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	500.000	TRAD3 / CDI + 3%	25-abr-23	2.351	-	(1.505)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	308.500	TRAD3 / CDI + 3%	17-mai-23	1.410	-	(870)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	500.000	TRAD3 / CDI + 3%	18-mai-23	2.271	-	(1.393)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	287.000	TRAD3 / CDI + 3%	19-mai-23	1.364	-	(865)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	100.000	TRAD3 / CDI + 3%	23-jun-23	700	-	(538)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	11.000	TRAD3 / CDI + 3%	12-jun-23	64	-	(45)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	550.000	TRAD3 / CDI + 3%	05-jun-23	3.769	-	(2.892)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	1.335.800	TRAD3 / CDI + 3%	07-jun-23	8.684	-	(6.506)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	520.000	TRAD3 / CDI + 3%	27-jun-23	3.482	-	(2.619)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	57.300	TRAD3 / CDI + 3%	26-jun-23	407	-	(314)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	250.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	25-out-23	747.246	-	(215)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	300.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	10-nov-23	715.590	-	(66)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	600.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	10-nov-23	1.324.320	-	(22)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	280.000	ações TRAD3 / CDI + 2%	17-mai-24	235.200	(15)	-
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	250.000	ações TRAD3 / CDI + 2%	29-mai-24	247.500	(51)	-
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	200.000	ações TRAD3 / CDI + 2%	30-mai-24	196.000	(38)	-
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	200.000	ações TRAD3 / CDI + 2%	31-mai-24	192.000	(34)	-
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	250.000	ações TRAD3 / CDI + 2%	25-jun-24	245.000	(47)	-
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	120.000	ações TRAD3 / CDI + 2%	25-jun-24	212.844	(209)	-
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	150.000	ações TRAD3 / CDI + 2%	21-out-24	212.844	(23)	-
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	104.940	ações TRAD3 / CDI + 2%	21-out-24	212.844	(15)	-
Total líquido						(432)	(22.549)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve perdas no montante de R\$ 14.216 (R\$ 22.549, no exercício social de 2022), referente a contratos de TRS já liquidados.



Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta abaixo a análise de sensibilidade dos ativos financeiros derivativos, atrelados à variação do preço das ações TRAD3 como ponta ativa e como ponta passiva 100% do CDI + 3% ou CDI + 2% a.a.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia na operação de SWAP, com a exposição aplicável a variação de preço da ação TRAD3 e da flutuação da taxa CDI. O cenário razoavelmente possível foi calculado, para a ponta ativa do SWAP, pela Metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 95%, com base nas cotações históricas da Companhia, assumindo que essa variação pode ocorrer valorizando ou desvalorizando a ação TRAD3, sendo que para a ponta passiva foi considerada a expectativa da taxa CDI, com base na divulgação da taxa Selic futura pelo Boletim Focus, do Bacen:

Cenário de desvalorização da ação TRAD3

Instrumento financeiro	Indexador	Valor inicial	Posição em 31/12/2023- volume de ações	Cenário		
				Base	Cenário razoavelmente possível - 45,61%	Provável
				31/12/2023	2024	Efeito no resultado
SWAP - Ponta ativa	VaR Ações TRAD	1.328.544	1.554.940	0,87	0,47	(576)
SWAP - Ponta passiva	CDI + 2%	100,00%	(1.328.544)	11,75%	11,00%	(134)
SWAP - Aplicação financeira	CDI + 2%	100,00%	1.328.544	11,75%	11,00%	134
Total						(576)

Cenário de valorização da ação TRAD3

Instrumento financeiro	Indexador	Valor inicial	Posição em 31/12/2023 - volume de ações	Cenário		
				Base	Cenário razoavelmente possível +45,61%	Provável
				31/12/2023	2024	Efeito no resultado
SWAP - Ponta ativa	VaR Ações TRAC	1.328.544	1.554.940	0,87	1,27	576
SWAP - Ponta passiva	CDI + 2%	100,00%	(1.328.544)	11,75%	11,00%	(134)
SWAP - Aplicação financeira	CDI + 2%	100,00%	1.328.544	11,75%	11,00%	134
Total						576

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, ativos financeiros, arrendamento, derivativos e outras contas a pagar.



Instrumentos financeiros	Controladora		
	31/12/2023		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Bancos	3.122	-	3.122
Aplicação financeira	74.144	-	74.144
Aplicações financeiras vinculadas	1.665	-	1.665
Contas a receber	-	7.819	7.819
Ativos Financeiros	32.162	-	32.162
Total	111.093	7.819	118.912

Passivos			
Outras contas a pagar	-	14.525	14.525
Arrendamento	-	547	547
Instrumentos financeiros derivativos	432	-	432
Total	432	15.072	15.504

Instrumentos financeiros	Consolidado		
	31/12/2023		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Bancos	6.509	-	6.509
Aplicação financeira	76.948	-	76.948
Aplicações financeiras vinculadas	1.665	-	1.665
Contas a receber	-	11.853	11.853
Ativos Financeiros	32.162	-	32.162
Total	117.284	11.853	129.137

Passivos			
Outras contas a pagar	-	16.207	16.207
Arrendamento	-	547	547
Instrumentos financeiros derivativos	432	-	432
Total	432	16.754	17.186

Instrumentos financeiros	Controladora		
	31/12/2022		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Bancos	6.774	-	6.774
Aplicação financeira	136.771	-	136.771
Aplicações financeiras vinculadas	37.945	-	37.945
Contas a receber	-	6.618	6.618
Ativos Financeiros	80.300	-	80.300
Total	261.790	6.618	268.408

Passivos			
Outras contas a pagar	-	13.918	13.918
Arrendamento	-	3.995	3.995
Instrumentos financeiros derivativos	22.549	-	22.549
Total	22.549	17.913	40.462



Instrumentos financeiros	Consolidado		
	31/12/2022		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Bancos	8.534	-	8.534
Aplicação financeira	139.079	-	139.079
Aplicações financeiras vinculadas	37.945	-	37.945
Contas a receber	-	9.340	9.340
Ativos Financeiros	80.300	-	80.300
Total	265.858	9.340	275.198
Passivos			
Outras contas a pagar	-	14.234	14.234
Arrendamento	-	3.995	3.995
Instrumentos financeiros derivativos	22.549		22.549
Total	22.549	18.229	40.778

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a. Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos – Nível 2		
Bancos	3.122	6.774
Aplicações financeiras	74.144	136.771
Aplicações financeiras vinculadas	1.665	37.945
Ativos – Nível 3		
Ativos financeiros	32.162	80.300
Total	111.093	261.790
Passivo- Nível 2		
Instrumentos financeiros derivativos	432	22.549
Total	432	22.549



Instrumentos financeiros	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos – Nível 2		
Bancos	6.509	8.534
Aplicações financeiras	76.948	139.079
Aplicações financeiras vinculadas	1.665	37.945
Ativos – Nível 3		
Ativos financeiros	32.162	80.300
Total	117.284	265.858
Passivo- Nível 2		
Instrumentos financeiros derivativos	432	22.549
Total	432	22.549

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

b. Fatores de riscos

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.
- Risco cambial

Estrutura de gerenciamento de risco

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração do Grupo.

i. Risco de crédito

O Grupo está sujeito ao risco da inadimplência dos seus clientes, tanto pelo não pagamento dos serviços prestados ou produtos disponibilizados, como pelo não cumprimento de disposições contratuais. Quaisquer eventos que possam impactar negativamente a capacidade dos clientes de honrar suas obrigações perante o Grupo poderão resultar em perdas, bem como afetar o seu resultado operacional.



ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos do Grupo, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. O Grupo conta com linhas de crédito junto a instituições financeiras, bem como possui acesso ao mercado de capitais, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais. Dificuldades em realizar esses descontos, acessar instituições financeiras e o mercado de capitais podem causar descasamento de vencimento dos ativos e passivos do Grupo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para seus compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, o crescimento do Grupo.

iii. Risco de mercado

Os negócios do Grupo dependem principalmente de usuários que adquirem as assinaturas e treinamentos em sua plataforma online. Uma redução na procura pelos produtos ofertados pelo Grupo poderá afetar os ganhos do Grupo.

iv. Risco cambial

Esse risco estava concentrado nos investimentos em dólar na 2TM Holding Company Ltda. Conforme descrito na nota explicativa nº 11, tal investimento foi convertido em participação societária em 02 de janeiro de 2023, representativas de 1% de participação no Mercado Bitcoin. Portanto, a Companhia não possui exposição cambial relevante em 31 de dezembro de 2023.

29. Segmentos operacionais

A Administração do Grupo, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As demonstrações contábeis são regularmente revistas pela Administração do Grupo para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento operacional, que são as prestações de serviços de treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial e, portanto, considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.



30. Transações não caixa

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7), item 43, a seguir estão apresentadas as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transações de investimento				
Earn-out	-	(1.026)	-	(1.026)
Remensuração de direito de uso	161	1.034	161	1.034
Baixa de direito de uso	-	(1.146)	-	(1.146)
Aquisição Pandhora	-	(9.654)	-	(9.654)
Total	161	(10.792)	161	(10.792)
Transações de financiamento				
Outras contas a pagar – Earn-out	-	(1.026)	-	(1.026)
Baixa de arrendamento		1.034		1.034
Remensuração de contrato de arrendamento	161	1.067	161	1.067
Total	161	1.075	161	1.075

31. Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía cobertura de seguros para: i) o imóvel arrendado, cujo valor total da cobertura do seguro contratado era de R\$ 51.888 em 31 de dezembro de 2022, a cobertura total para o imóvel arrendado era de R\$ R\$ 56.490.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação quanto à necessidade de contratação, bem como da adequação das coberturas de seguros e suas premissas.

32. Eventos subsequentes

Resposta ao ofício B3 1399.2023-SLS sobre procedimento para enquadramento da cotação da ação.

Em 5 de janeiro de 2024, a Companhia informou os acionistas e o mercado sobre o recebimento do Ofício B3 1399.2023-SLS no dia 21 de dezembro de 2023, com o teor de que nos termos art. 46 do Regulamento de Emissores (Regulamento) a cotação dos valores mobiliários admitidos à negociação na B3 deve ser mantida em valor igual ou superior a R\$ 1,00 por unidade. Em atendimento ao Ofício, a Companhia esclarece que está avançando com seu planejamento estratégico visando alcançar o equilíbrio operacional, conforme refletido nos resultados recentemente divulgados.

Diante do cenário de melhora na eficiência financeira, a Companhia prevê que as medidas estratégicas devem refletir positivamente no valor de negociação das ações de sua emissão. Informamos aos nossos acionistas que se as medidas tratadas não forem suficientes para enquadrar a cotação de suas ações acima de R\$ 1,00 a Companhia tomará todas as providências necessárias para realizar o grupamento de ações até 21 de junho de 2024, a fim de assegurar a conformidade com as normas regulatórias vigentes, informando tempestivamente sobre o respectivo cronograma, caso aplicável.

São Paulo, 28 de março de 2024

Ao
Conselho de Administração
TC S.A.

Como parte das atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário (**Comitê de Auditoria**) da TC S.A. ou **Companhia**, reportamos, neste relatório, os principais assuntos acompanhados por este Comitê de Auditoria sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de **31 de dezembro de 2023**, bem como outras atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria até o momento. Cabe destacar que, referido Comitê de Auditoria foi instituído em maio de 2021, através de alteração do Estatuto Social da Companhia.

1. Informações iniciais

O Comitê de Auditoria da TC S.A. é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração. É composto por um membro independente do Conselho de Administração, o qual figura como Coordenador do Comitê de Auditoria. Os demais membros são especialistas do Comitê de Auditoria. Os integrantes do Comitê de Auditoria são nomeados pelo Conselho de Administração a cada dois anos e leva em consideração os critérios constantes da legislação, no seu regimento interno e regulamentações aplicáveis as melhores práticas internacionais.

O Comitê de Auditoria da TC S.A. encontra-se, nesta data, composto pelos seguintes membros:

- Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho | **Coordenador do Comitê de Auditoria**
- Eduardo Rota | **Membro do Comitê de Auditoria**
- Fabricio La Gamba | **Membro do Comitê de Auditoria**

2. Atribuições e responsabilidades

A Administração da TC S.A. é a responsável pela definição e implementação de processos e procedimentos para a coleta de dados necessários ao preparo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil e dos normativos pertinentes emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração é, também, responsável pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou a redução, a níveis adequados, dos fatores de risco da Companhia.

A Diretoria Executiva é responsável por supervisionar, entre outras atividades, os ambientes de controles internos, de *compliance* e riscos corporativos da Companhia. Adicionalmente, tem como responsabilidade prover informações que subsidiem a atuação do Comitê de Auditoria da TC S.A..

A Auditoria Interna tem como atribuições aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da TC S.A. e o cumprimento das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios financeiros.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com vistas a emitir relatório sobre sua aderência às normas aplicáveis. Como resultado de seus trabalhos, a auditoria independente emite relatório de recomendações sobre procedimentos contábeis e de controles internos, além dos relatórios sobre as revisões especiais trimestrais para fins de atendimento a requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários.

As funções e responsabilidades do Comitê de Auditoria estão descritas em seu Regimento Interno, que contempla os deveres definidos na Instrução nº CVM 509/11.

O Comitê de Auditoria baseia seu julgamento e forma suas opiniões considerando as informações recebidas da Administração sobre sistemas de informação, demonstrações financeiras e controles internos, os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna e Compliance, os quais abrangem a eficácia dos controles internos, bem como os trabalhos realizados pelos Auditores Independentes.

3. Atividades do Comitê de Auditoria

Conforme previsto em seu Estatuto Social, através da alteração aprovada em AGE realizada em 19 de maio de 2021, a Companhia constituiu seu Comitê de Auditoria, naquela data. Durante o exercício de 2023, tal Comitê de Auditoria realizou, no mínimo, reuniões mensais com membros da Diretoria e Gerência Executiva da Companhia, bem como junto aos auditores independentes responsáveis pela revisão das demonstrações financeiras intermediárias – ITR (31/03/2023; 30/06/2023; e 30/09/2023) e demonstrações financeiras de 31/12/2023, além de outros interlocutores.

3.1. Reuniões com a Diretoria e Gerência

O Comitê de Auditoria reuniu-se com Diretores Executivos, Gerentes Executivos e suas respectivas equipes para discutir as estruturas, o funcionamento das respectivas áreas, seus processos de trabalho, eventuais deficiências nos sistemas de controles e planos de melhorias.

Dentre as matérias que demandaram mais atenção do Comitê de Auditoria, destacaram-se:

- a) Aprovação do calendário anual de reuniões para o exercício de 2023
- b) Apresentação do Plano de Trabalho das áreas de Controles, Riscos e Compliance para o exercício de 2023.
- c) Acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **TC S.A.**, mediante reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das demonstrações financeiras intermediárias (ITR) e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
- d) Acompanhamento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da auditoria independente, bem como quanto ao monitoramento das providências adotadas (planos de ação) pela Administração. Cabe destacar que, o relatório formal dos auditores independentes sobre melhorias nos controles internos será emitido até o final de abril de 2024;
- e) Monitoramento do programa de Compliance, do plano proposto e atividades executadas ao longo do ano pela Companhia; e
- f) Monitoramento do sistema de controles internos quanto a sua efetividade e processos de melhoria, avaliação de plano de trabalho do ano e das respectivas política relacionadas ao tema.

3.2. Auditoria Interna

Os trabalhos de auditoria interna realizados durante o exercício de ~~2022~~2023, foram conduzidos pelo time de auditoria interna da Companhia e consultores terceirizados. Cabe destacar que, o mapeamento dos controles internos e processos da Companhia e suas controladas não se restringem a esses trabalhos realizados pelo time de auditoria interna.

Abaixo apresentamos as principais atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria junto ao time de auditoria interna e Compliance da Companhia e suas controladas:

- Apresentações sobre os trabalhos realizados durante o ano de 2023, definidos no planejamento dos trabalhos da auditoria interna, nas seguintes principais áreas:
 - Recursos Humanos;
 - Compras;
 - Vendas e Faturamento (Sencon – Incorporada pela TC)
 - Contas a pagar
 - Contas a receber e Comissões
 - Controle internos (Controlada – Matrix)

- Definição de critérios para aprimoramento da matriz de riscos da Companhia, visando melhorar o direcionamento dos trabalhos de auditoria interna e Compliance. Foi solicitado pelo CAE a segregação dos riscos entre estratégicos e operacionais, bem como o agrupamento dos riscos e definição dos sub-riscos (desdobramento do risco). Posteriormente serão elaborados plano de ações específicos e indicadores de performance (KPI) para acompanhamento;
- Acompanhamento recorrente dos indicadores do comitê de ética; canal de denúncias; e programa de GRC da Companhia e suas controladas; e
- Além das atividades supramencionadas, o Comitê de Auditoria realizou reuniões pontuais para análise de relatórios emitidos pelo time de auditoria interna e Compliance, iniciou discussões sobre os trabalhos de ESG realizados pela Companhia, dentre outras atividades.

O Comitê de Auditoria entende que os procedimentos adotados para a manutenção da eficácia dos processos de controles internos e de gestão de riscos estão sendo encaminhados pela Companhia e encontram-se em fase de aprimoramento, considerando-se que o IPO da Companhia ocorreu em 2021.

3.3. Auditoria Independente

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes – Grant Thornton Brasil, para obter informações sobre a política de manutenção da independência na execução dos trabalhos e decidir sobre a inexistência de conflitos de interesse em outros trabalhos, que não os de Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a eles solicitados pela Diretoria Executiva.

Foram, ademais, discutidos: a análise de risco de auditoria efetuada pela Grant Thornton Brasil, o planejamento dos trabalhos visando estabelecer a natureza, a época e a extensão dos principais procedimentos de auditoria selecionados, bem como os possíveis pontos de atenção identificados e como seriam tratados nos trabalhos de auditoria.

Ao término dos trabalhos de cada revisão especial das demonstrações financeiras intermediárias (ITR) realizadas ao longo de 2023, foram discutidos os principais aspectos e conclusões sobre as revisões realizadas pelos auditores independentes. No início dos trabalhos preliminares e finais da auditoria de 31/12/2023, foram rediscutidas, em reuniões específicas, as áreas de risco de auditoria, os principais procedimentos a serem aplicados e as respectivas conclusões.

Todos os temas considerados relevantes foram abordados, com o intuito de se avaliar os riscos potenciais envolvendo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a mitigação de tais riscos mediante procedimentos de auditoria e controle.

O Comitê de Auditoria procedeu à avaliação formal da auditoria independente com conclusão satisfatória, inclusive com relação à sua independência.

4. Conclusão

Consideradas devidamente as responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, o Comitê de Auditoria da **TC S.A.** julga que todos os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer pelos trabalhos efetuados e descritos neste relatório estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração e nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas, relativas a 31 de dezembro de 2023, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Atenciosamente,

Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho
Coordenador – Comitê de Auditoria
Membro do Conselho de Administração

Eduardo Luiz Rota
Comitê de Auditoria

Fabricio La Gamba
Comitê de Auditoria



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 28 de março de 2024.

Thiago Henriques Fernandes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 28 de março de 2024.

Thiago Henriques Fernandes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores